



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA

COMUNICACIÓN

MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA

APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO 4º E 5º ANOS DA ESCOLA

MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

Nardina Ribeiro Nunes

Asunción, Paraguay

2023

Nardina Ribeiro Nunes

**O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DOS
ALUNOS DO 4º E 5º ANOS DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE
ALMEIDA**

Tesis preparada a la Universidad Autónoma de Asunción como requisito parcial para la obtención del título de Mestre en Ciencias de la educación

Orientador: Prof. Dr. José Antonio González Torres

Asunción, Paraguay

2023

Nardina Ribeiro Nunes

O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO 4º E 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA.

Asunción (Paraguay): Universidad Autónoma de Asunción, 2023.

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação = 134p

Lista de referências: p.101

Palavras-Chave: 1. Escola. 2.Família 3. Aluno 4. Aprendizagem

Nome do orientador: Prof. Dr. José Antonio González Torres

Nardina Ribeiro Nunes

**O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DOS
ALUNOS DO 4º E 5º ANOS DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE
ALMEIDA**

Esta tesis fue evaluada y aprobada en fecha __/__/__ para la obtención del título de Mestre
en Ciencias de la Educación por la Universidad Autónoma de Asunción

Asunción, Paraguay

2023

Para meu esposo, companheiro de todas as horas.

Agradeço a Deus pela graça da vida e pela oportunidade de concluir esse curso.

Aos meus pais pelo exemplo de vida e de persistência.

Aos meus filhos por compreender a minha ausência para realizar as viagens de estudo e
as horas para elaborar esse trabalho.

As colegas de viagem pela força, companheirismo e proteção diante dos obstáculos em
terras estrangeiras.

A meu esposo pela parceria, cumplicidade, confiança e crença na minha capacidade
para concretizar esse sonho. Obrigada por acreditar em mim e não me deixar fraquejar.

A meu orientador: Prof; Dr. José Antonio Gonzáles Torres, pela gentileza e bondade
com que me acolheu como orientanda e pela partilha de conhecimento ao longo do
desenvolvimento desse trabalho. Muito obrigada! Sua orientação foi fundamental para
que pudéssemos concluir a tempo.

Educação é a junção de valores, princípios... Contudo, a divisão de deveres entre família, escola, governo e sistema é o caminho... Se esses dois elos não se acoplarem, dificilmente seremos vitoriosos, mesmo com professores “embriagados de amor” pela arte de ensinar.

(Nildo Lage)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º anos da Escola Municipal José Américo de Almeida em Buritis, RO. Para dar suporte ao objetivo geral, foram utilizados os objetivos específicos: a) verificar corresponsabilidade dos pais pela aprendizagem dos filhos; b) conhecer as estratégias desenvolvidas pela escola para favorecer a participação da família no processo de ensino aprendizagem do aluno; e c) descrever os principais resultados trazidos pela interação da família com a escola para o ensino e aprendizagem das crianças. A família é peça fundamental para o desenvolvimento integral da criança e o primeiro núcleo onde a criança começa a aprender. Adotando o método descritivo, a pesquisa entrevistou professores, coordenadores e gestão para responder e analisar qual o papel da família na aprendizagem dos alunos. Por meio da análise qualitativa dos dados se evidenciou que os pais têm negligenciado a educação dos filhos e o acompanhamento das suas atividades diárias, especialmente as atividades escolares. Conclui-se que a omissão dos pais e a dificuldade de tomar decisão sobre a educação dos filhos contribuem para a má formação integral da criança e prejudica seu desempenho escolar.

Palavras chaves: Escola. Família. Alunos. Aprendizagem.

ABSTRACT

The general objective of this work is to analyze the role of the family in the development of the learning of students in the 4th and 5th years of the City School José Américo de Almeida in Buritis, RO. To support the general objective, the specific objectives were used: a) to verify parents' co-responsibility for their children's learning; b) knowing the strategies developed by the school to favor the participation of the family in the student's teaching-learning process; and c) describe the main results brought from the family's interaction with the school for the teaching and learning of the children. The family is a fundamental part of the integral development of the child and the first nucleus where the child begins to learn. Adopting the descriptive method, the research interviewed school teachers, coordinators and management to respond and analyze the role of the family in the student's learning. Through the qualitative analysis of the data, it was shown that parents have neglected their children's education and the monitoring of their daily activities, especially school activities. It is concluded that the parents' omission and the difficulty in making decisions about their children's education contribute to the poor integral formation of the child and impairs their school performance.

Keywords: School. Family. Students. Learning.

RESUMEN

El objetivo general de este trabajo es analizar el papel de la familia en el desarrollo del aprendizaje de los estudiantes del 4° y 5° año de la Escuela Municipal José Américo de Almeida de Buritis, RO. Para sustentar el objetivo general, se utilizaron los objetivos específicos: a) verificar la corresponsabilidad de los padres en el aprendizaje de sus hijos; b) conocer las estrategias desarrolladas por la escuela para favorecer la participación de la familia en el proceso de enseñanza-aprendizaje del alumno; c) describir los principales resultados producidos por la interacción de la familia con la escuela para la enseñanza y aprendizaje de los niños. La familia es parte fundamental del desarrollo integral del niño y el primer núcleo donde el niño comienza a aprender. Adoptando el método descriptivo, la investigación entrevistó los docentes, coordinadores y directivos para responder y analizar el papel de la familia en el aprendizaje de los estudiantes. Por medio del análisis cualitativo de los datos, se demostró que los padres han descuidado la educación de sus hijos y el seguimiento de sus actividades diarias, especialmente las escolares. Se concluye que la omisión de los padres y la dificultad en la toma de decisiones sobre la educación de sus hijos contribuyen a la deficiente formación integral del niño y perjudica su desempeño escolar.

Palabras clave: Escuela. Familia. Estudiantes. Aprendizaje.

LSUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
RESUMEN	x
LISTA DE TABELAS.....	xiv
LISTA DE FIGURAS	xv
LISTA DE ABREVIATURAS	xvii
1. INTRODUÇÃO	1
MARCO TEÓRICO.....	5
2. UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES DA FAMÍLIA, DA INFÂNCIA E DO ENSINO INFANTIL	6
2.1. Família: origem e evolução	6
2.1.2. Contexto histórico da Infância.....	8
2.1.3. Concepções do ensino infantil.....	11
2.2. A Escola e suas inter-relações	19
2.2.1. Escola: origem, evolução.....	19
2.3. O Estado da Arte em Pesquisa Relacionadas a Família.....	32
2.4. Estratégias Integradoras da Escola e Família	41
3.METODOLOGIA	52
3.1. O problema e os objetivos da pesquisa.....	53

3.2. Desenho da pesquisa	55
3.3. Descrição e lugar do estudo.....	57
3.4. População e amostra.....	61
3.4.1. Participantes da pesquisa.....	63
3.5. Técnica e instrumentos de coleta de dados	65
3.5. 1. Validação dos instrumentos de pesquisa	67
3.6. Técnica de análise de dados	68
4. RESULTADOS.....	70
4.1. Informações sobre os alunos. Análise documental trechos do questionário INEP	71
4.2. Dados sociodemográficos entrevista com gestores e professor	81
4.3. Família e a corresponsabilidade pela aprendizagem dos filhos	81
4.4. Escola e as estratégias de envolvimento da família na aprendizagem dos alunos	85
4.5. Parceria Escola Versus Família: possíveis resultados dos alunos.....	89
5. CONCLUSÃO	95
5.1. Recomendações	99
REFERÊNCIAS	100
ANEXO.....	111
APÊNDICE A	112
APÊNDICE B	114
APÊNDICE C	116

APÊNDICE D 117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos alunos Escola José Américo de Almeida de 2017 a 2021.....60

Tabela 2 – Distribuição dos alunos Escola José Américo de Almeida em 202260

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Práticas de educação do campo no Brasil: escola família agrícola, casa familiar rural e escola itinerante.....	32
Figura 2 - Relação família e escola como uma perspectiva de melhoria na aprendizagem.....	34
Figura 3 – Escola e família: uma aproximação necessária a formação do estudante.....	35
Figura 4 - A família como fator determinante no desempenho escolar dos alunos.....	36
Figura 5 - Percepção dos agricultores rurais sobre a educação rural e sua importância.....	37
Figura 6 - Gestão Escolar Democrática e Participativa.....	39
Figura 7 - Fatores que contribuem para a aprendizagem.....	47
Figura 8 - Mapa de Rondônia com destaque de Buritis – RO.....	57
Figura 9 - Panorama da taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em Buritis – RO.....	57
Figura 10- Escola José Américo de Almeida.....	59
Figura 11 - Distribuição dos professores por séries - Escola José Américo de Almeida.....	61
Figura 12 - Distribuição da população e amostra da Escola José Américo de Almeida.....	62
Figura 13 - Participantes da Pesquisa.....	64
Figura 14 - Objetivo x instrumento de coleta de dados.....	65
Figura 15 - Grau de escolaridade da mãe ou mulher responsável pelos alunos.....	71
Figura 16 - Grau de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos alunos.....	74
Figura 17 - Incentivo de os pais para os filhos irem à escola.....	76
Figura 18 – Tempo gasto para chegar na escola?.....	77
Figura 19 – Tarefas realizadas após a aula.....	78
Figura 20 - Ações para promover a participação dos pais na escola.....	86
Figura 21 – Percepção da presença da família na vida do estudante.....	89

Figura 22 – Visão dos gestores e professor quanto a participação da família na escola.....91

Figura 23 – Benefícios da participação da família na escola.....92

LISTA DE ABREVIATURAS

ECA – Estatuto da criança e do adolescente

CFE – Conselho federal de educação

CF - Constituição federal

IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística

IDEB – Índice desenvolvimento da educação básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN - Lei de diretrizes e bases da educação nacional

LDB - Lei de diretrizes e bases

PNE – Plano nacional de educação

PRONERA - Programa nacional de educação na reforma agrária

SAEB - Sistema de avaliação da educação básica

SEMECE - Secretaria municipal de educação

RCNEI - Referencial curricular para a educação infantil

1. INTRODUÇÃO

Diversas pesquisas apontam que a interação entre família e escola pode fortalecer espaços democráticos de estudos que contribuem para aperfeiçoar a formação integral da criança. Pensar a escola como um lugar onde os pais são coadjuvantes no processo educacional formal e fortalecer ações de parceria com eles é buscar uma modificação de atitudes negativas no contexto de sala de aula e, conseqüentemente da sociedade através da interação escola-família.

A participação da família na escola pode contribuir para aperfeiçoar a formação da criança em suas necessidades de experiências diárias. Além, de contribuir para formar cidadãos com Ética Moral.

Segundo a Carta Magna do Brasil de 1988:

[..] é dever da família assegurar à criança o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de garantir lhe segurança e protegê-la de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, p. 15)

Segundo Sarmiento (2011, p. 583), “a infância é um grupo social, do tipo geracional. Este grupo é constituído por crianças e sofre a renovação contínua inerente ao nascimento e ao crescimento dos seres humanos”. Essa criança sente, vivencia, experimenta e interpreta o mundo, fundamentada em seu ambiente cultural, que à medida que vivencia será alargado com experiências e interações com outras culturas.

O interesse pelo tema que guiou esta pesquisa partiu das experiências vividas em sala de aula como docente no ensino fundamental em turmas do 4º e 5º anos em escola pública municipal. Na minha trajetória como docente, observei que os alunos não traziam as tarefas de casa, os avisos e informativos não eram respondidos e tantas outras ações enviadas para os pais não eram, nas maiorias atendidas. Estes fatos me inquietaram e me levaram a refletir sobre a participação (ou ausência) da família na aprendizagem dos alunos do ensino fundamental.

A participação da família na vida estudantil do aluno é fundamental para a permanência dele na escola, daí ao se aprofundar sobre o papel da família no desenvolvimento dos alunos de 4º e 5º surgem os seguintes questionamentos que necessitam de uma maior investigação. Quais os benefícios que a participação efetiva da família acarreta para o desenvolvimento da aprendizagem da criança? Quais atividades são desenvolvidas pela escola para estimular a participação da família? Qual a contribuição da interação escola e família para a aprendizagem do aluno?

Neste viés, a pesquisa busca responder à questão principal a qual chamamos de situação problema: Qual o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola José Américo de Almeida?

Para responder a essas indagações a pesquisa tem como objetivo geral analisar o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola José Américo de Almeida.

Dando apoio ao objetivo geral, apresentam-se os objetivos específicos: a) verificar corresponsabilidade dos pais pela aprendizagem dos filhos; b) conhecer as estratégias desenvolvidas pela escola para favorecer a participação da família no processo de ensino

aprendizagem do aluno; e c) descrever os principais resultados trazidos pela interação da família com a escola para o ensino e aprendizagem das crianças.

Em se tratando da escola, os pais criam expectativas em relação ao trabalho que essa Instituição irá realizar com seus filhos, bem como existe a expectativa da escola em relação à participação dos pais dos alunos no ambiente escolar e o acompanhamento das atividades escolares. Assim, ambos esperam que o desenvolvimento educacional aconteça e que as dificuldades de aprendizagem sejam solucionadas. Assim, é imprescindível que a família e a escola percebam que são parceiros fundamentais no desenvolvimento de ações que favorecem o sucesso escolar e social das crianças, formando assim, uma equipe em prol do mesmo objetivo.

Assim sendo, essa pesquisa está organizada em 5 seções sendo: introdução, marco teórico, marco metodológico, análise dos resultados e conclusão.

A seção um aborda a introdução contextualizando a proposta da pesquisa e sua relevância para a educação ao tratar da importância da parceria entre a escola e a família para a aprendizagem do aluno e para a fundamentação e orientação de atividades que garantam efetivamente a qualidade do ensino e a permanência do aluno na escola.

A seção dois trata do marco teórico que está apresentado em dois capítulos. O capítulo 1 faz uma breve retrospectiva sobre a família e o ensino infantil, discorre-se sobre as concepções da infância, e sobre a atuação dessas crianças na sociedade antiga e na contemporânea. Aborda a evolução do ensino infantil no mundo, e dar ênfase a evolução histórica do ensino no Brasil, com as implicações e desafios educacionais, bem como sobre as especificidades de cada legislação de amparo a esse ensino. O capítulo 2 versa sobre os aspectos da escola, sua origem, evolução e papel social. Discute sua estrutura, seu poder e

suas dificuldades para continuar sendo um espaço de ensino e formação do indivíduo. Trata da relação entre escola e família como espaço de educação e transmissão de conhecimentos.

A secção 3 trata dos procedimentos teóricos metodológicos utilizados nos procedimentos de coleta, análise e tabulação dos dados, caracterizando a pesquisa e o local onde a pesquisa foi realizada assim também como os seus participantes.

Na secção 4 são apresentadas as discussões e os resultados derivados das análises dos dados coletadas segundo os procedimentos metodológicos. Na secção 5 temos as conclusões permitidas pela pesquisa, responde aos objetivos e às questões dessa pesquisa. Apresenta também sugestões para novas investigações e recomendações para os interessados na temática.

O entendimento do processo de participação da família no desenvolvimento da aprendizagem do aluno poderá contribuir para o esboço de estratégias educacionais e para a construção de novas propostas de envolvimento da família nas questões relacionadas a escola e conseqüentemente na aprendizagem dos alunos.

A partir dos subsídios teóricos e atingimento dos objetivos a pesquisa busca compreender o papel da escola, o papel da família e assim estabelecer parcerias que contribuam para a melhoria do ensino e da aprendizagem do aluno no sentido de ter uma educação de qualidade que propicie o crescimento integral do aluno e sua permanência na escola mantendo assim seu direito garantido.

MARCO TEÓRICO

2. UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES DA FAMÍLIA, DA INFÂNCIA E DO ENSINO INFANTIL.

2.1. Família: origem e evolução

Há muitos conceitos relativos à família tornando difícil precisar sua origem e apresentar um conceito único que a defina. Em geral, permanece a ideia de que os seres vivos estabelecem ligações com o seu meio desde sua origem. Talvez pelo instinto de sobrevivência e perpetuação da própria espécie, eles vão se agrupando e criando vínculos com seus pares de modo natural.

O casamento vai surgindo entre os grupos e a mulher torna-se o centro da família por ser aquela que tinha condições de identificar a filiação. Contudo, com a extensão dos grupos familiares e o acúmulo de riquezas, surge a dificuldade para a distribuição da herança e assim como meio de balizar a paternidade a família passa a ser patriarcal, tendo o homem como peça fundamental na família exercendo direito total sobre todos os afiliados (Azeredo, 2020).

Com o advento do cristianismo surge a imposição do casamento e conseqüentemente a transformação na família. Engel (2019, p.95) registrou que desde “o final da idade média que o matrimônio permaneceu sendo um acordo entre os interessados”. Sendo assim, no casamento não havia laços afetivos, mas constituía um objeto de troca e de benefícios mútuos. “A família patriarcal era hierarquizada, com o predomínio da figura do homem, era constituída essencialmente por laços biológicos e buscava o poder econômico, político e religioso, tendo como função primordial a manutenção do status social” (Azeredo, 2020, p.10).

Desse modo, ao longo da história, a família passou por sucessivas transformações e a cada modelo apresentou suas regras, suas práticas e seus hábitos, até assumir o modelo patriarcal que segundo Almeida (1987) foi consequência da ação do estado sobre a nação,

visto que “[...] esposa e filhos compunham, juntamente com os escravos, agregados, gado e todos os outros bens móveis e imóveis, o patrimônio do pater famílias” (p. 58).

Silva (2004), ao referir-se a família patriarcal afirma que:

O elo familiar era voltado apenas para a coexistência, sendo imperiosa para o “chefe” a manutenção da família como espelho de seu poder, como condutor ao êxito nas esferas política e econômica. Os casamentos e as filiações não se fundavam no afeto, mas na necessidade de exteriorização do poder, ao lado – e com a mesma conotação e relevância – da propriedade. [...] Os vínculos jurídicos e os laços de sangue eram mais importantes e prevaleciam sobre os vínculos de amor. O afeto, na concepção da família patriarcal, era presumido, tanto na formação do vínculo matrimonial e na sua manutenção como nas relações entre pais e filhos. Quando presente, não era exteriorizado, o que levava a uma convivência formal, distante, solene, substanciada quase que unicamente numa coexistência diária. (p.128)

O advento da Revolução Industrial desencadeou uma mudança comportamental nas famílias levando as crianças para o epicentro do interesse dos adultos e neste contexto nasce um modelo de família moderna com um novo entendimento acerca das crianças e com uma preocupação com a educação dos seus filhos. As famílias passaram a perceber que as crianças eram a extensão da família, uma renovação natural de continuidade familiar e dessa forma deviam ser tratadas com carinho, amor, sentimentos que até então lhes foram negados. Corroborando com esse pensamento, Kramer (2011, p. 18), aduz que “[...] no decorrer dos séculos XVI e XVII, a novidade não estava na formação familiar, mas na existência de sentimento entre seus membros, tornando próprio do sentimento de infância”. A emersão dos sentimentos para com as crianças fez com que emergisse também a necessidade de cuidar,

proteger, preparar e educar todas as crianças para a vida e essa tarefa devia ser realizada pelas escolas, não sendo mais uma função da família.

A visão natural de família se manteve por bastante tempo, porém já se admite na contemporaneidade novos modelos e concepções de família (Bruschini, 2013). Para Morgan (2014) a família é um núcleo que se modifica de modo inferior para o superior e dinamicamente vai evoluindo de um nível mais baixo para um nível mais alto em função da transformação social. “Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente”(Engels, 2019, p. 30).

2.1.2. Contexto histórico da Infância

Na antiguidade não havia uma compreensão da infância. A criança não tinha lugar destinado para elas e eram vistas como uma miniatura dos adultos.

Não se tinha notícia de camponeses ou artesãos registrando suas histórias de vida durante a Idade média, e mesmo os relatos dos nobres de nascimento ou dos devotos não costumavam demonstrar muito interesse pelos primeiros anos de vida. De forma semelhante, durante o período moderno na Inglaterra, as crianças estiveram bastante ausentes na literatura, fossem o drama elizabetano ou os grandes romances do século XVIII. A criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto. (Heyood, 2004, p.10)

A esse período Frabonni (1998) chamou de “a criança-adulto ou infância Negada”, visto ter sido uma época em que as crianças sofriam abusos e violência de toda natureza.

Sebastiani (2009) ao analisar a infância na antiguidade, nos diz que:

É difícil imaginar a existência, na sociedade medieval, de um sentimento de infância. A criança era, ao mesmo tempo, um mistério (escondia uma natureza sagrada que o homem não podia profanar) e um ser sem humanidade, sem conceito social preciso (humanidade na lista de espera, como planta imperfeita), que só se tornaria pessoa se “jogada e abandonada” precocemente na sociedade dos adultos. As crianças morriam, em grande número, pelas precárias condições de higiene e saúde, e as que sobreviviam se confundiam rapidamente com os adultos. Essa mortalidade infantil era considerada natural (indiferente): talvez pelo grande número de mortes, talvez porque acreditavam que a criança pequena não tinha “alma”. (p.30)

Vê-se que não havia uma preocupação com a criança, um entendimento de como agir ou como cuidar desse pequeno ser. Ariès, em sua obra “História social da criança e da família” (2021) registrou que a criança era vistas como brinquedos ou animaizinhos de estimação que entretia os adultos e chamou essa fase da criança de “paparicação, isto é, em seus primeiros anos de vida a criança em sua inocência era vista com simpatia e ao mesmo tempo como um ser capaz de irritar os adultos tendo quem as achasse selvagens (Ariès, 2021. p.14).

Continuando com Ariès (2021), o autor esclarece que durante a Idade Média considerava infância o período que ia desde o nascimento até aos sete anos, “[...] a primeira idade é a infância que planta os dentes, essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade o que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não falante [...]” (p. 6).

Sendo assim, não havia nada de específico para as crianças e elas seguiam sendo tratadas como pequenos homens e mulheres sem considerarem suas próprias características individuais. “De criancinha pequena, ela logo se transformava em homem adulto”. Logo se afastava dos pais e sua educação se dava na sua convivência com os mais velhos. Havia uma convivência comum entre crianças e homens, ela participava de seus ritos, costumes, festas, brigas, lutas e nele construía-se como um “adulto” (Ariés, 2021, p.15).

A convivência com adultos tinha início logo após o fim da amamentação para que a criança fosse aprendendo as tarefas mais simples em casa e depois eram enviadas para outros lares para que aprendesse um ofício (Ariès, 2021).

Os primeiros indícios do afastamento das crianças do universo dos adultos ocorreram por volta do século XVII tendo como ponto de partida a escolarização e como maior precursor a igreja que passou a relacionar a figura das crianças com os anjos, um ser de inocência e pureza e como tal agraciadas por Deus. Esta nova visão da criança rompeu o paradigma da indiferença, conferindo-lhes amor e educação (Ariés, 2021, p.14).

Foi a partir do século XVIII que as crianças ganharam notoriedade e conquistaram um tratamento diferenciado no que tange a vida no convívio social. Uma nova visão da criança foi estabelecida, uma compreensão suas particularidades deixa marcado também uma nova concepção da criança. Se no passado a criança era vista como um ser irritante e indiferente, desprovido de amor, agora se volta toda uma atenção por aquele pequeno ser que agora precisa de cuidado, amor. Contraditoriamente, se na idade média a criança aprendia no trabalho com os adultos, no renascimento a proposta para as crianças era a orientação e o começo da escolarização.

2.1.3. Concepções do ensino infantil

O século XVII foi o marco para a reviravolta na concepção da infância. O sentimento que foi despertado colocou a criança em outro patamar social e no dizer de Bujes (2002) a infância passa a ser um evento tipicamente moderno onde aquilo que de início fora biológico, agora é apresentado como um fenômeno cultural. Assim, na sociedade moderna, a criança ganha identidade, não se mistura com os adultos nem aprende absolutamente com eles. A família passa a ser um espaço de sentimentos e afetos e a aprendizagem das crianças fica a cargo da escola através da educação.

Esse novo formato alterou a concepção da infância que passou a ser uma fase em que a criança é dependente de cuidados e supervisão de um adulto. Assim, a escola como instituição liberada para educar as crianças começa a ditar as normas que as transformará em adultos.

As crianças são separadas dos pais e levadas para serem educadas nos colégios internos. Na visão de Andrade (2010), a origem das escolas infantis dos séculos XVI e XVII, são frutos do pensamento moderno e das exigências econômicas provenientes da revolução industrial. “O contexto histórico do surgimento dessas instituições é ainda marcado por mudanças no interior da organização familiar, que assume o modelo nuclear, e ao desenvolvimento de teorias voltadas para a compreensão da natureza da criança marcada pela inocência e pela inclinação às más condutas” (Andrade, 2010, p. 128).

Nessa lógica, a criança tornou-se um ser que precisava ser preparado para a vida adulta e a escola era essa via para alcançar o preparo necessário para viver na sociedade industrial que se formava.

O surgimento da indústria modificou totalmente a estrutura social da época, alterando a rotina e a vida das famílias. Surge na época o serviço das mães mercenárias, que eram mulheres que cuidavam (mediante uma remuneração) dos filhos das mulheres que trabalhavam nas fábricas.

Rizzo (2003) nos conta que:

Criou-se uma oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violências e mortalidades infantil. (p.31)

Diante das dificuldades impostas pela pobreza, as famílias tinham como prioridade a sobrevivência, assim, aceitavam com naturalidade o tratamento aplicado às crianças. Impactados com os maus tratos impostos às crianças algumas pessoas por generosidade cuidavam de algumas crianças, originando assim as primeiras casas de acolhimento. Vale registrar que foi na Europa e nos Estados Unidos que surgiram as primeiras instituições voltadas para a proteção e cuidado das crianças enquanto as mães trabalhavam. (Didonet, 2001)

Entretanto, ainda que no começo essas instituições tivessem um direcionamento assistencialista, Kuhlmann (2001) esclarece que havia também uma preocupação com a educação e cita como exemplo a “Escola de Principiantes”, criada na França por volta dos anos de 1769 pelo pastor Oberlin, para atender crianças de dois a seis anos de idade. Além de eles aprenderem a ler bíblia e a fazer o tricô, eles deveriam aprender habilidades diversas,

“como adquirir hábitos de obediência, bondade, identificar as letras do alfabeto, pronunciar bem as palavras e assimilar noções de moral e religião”(Paschoal, Machado, 2009, p.81).

Por volta do ano de 1840, Froebel cria em Blankenburgo, o primeiro jardim de infância voltado para cuidar e educar as crianças. Neste viés, Kuhlmann (2001) esclarece:

Os estudos que atribuem aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternais. (p. 26)

Assim as creches e os jardins de infância perduraram até meados do século XIX, sendo que no Brasil, diferente do que ocorria em países da Europa e norte- americano, as creches eram assistencialista e nos países citados já tinham um cunho pedagógico. Com a expansão da industrialização e a inserção da mulher de classe média no mercado de trabalho cresceu a procura por instituições que cuidassem das crianças. Neste contexto, as reivindicações do movimento feministas por atendimento às crianças de todas as classes sociais foi decisivo para que o poder público ampliasse sua rede de atendimento a essas crianças.

Por volta dos anos de 1970, adotou-se no Brasil uma educação compensatória, seguindo a teoria da privação cultural, já utilizada nos Estados Unidos nos anos de 1960. Defendiam a ideia de que retirar a criança de casa para estudar daria a oportunidade de ela

superar as condições degradantes em que viviam. Assim era oferecido atendimento voltado à educação, saúde e nutrição na pré-escola como tentativa de suprir as carências sociais e educacionais. Data desta época uma divisão do ensino entre as classes, de modo que, os alunos das classes menos favorecida economicamente recebiam do poder público um ensino voltado para suprir carências e deficiências, as crianças que tinham mais condições sociais e eram mais favorecidas economicamente recebiam uma educação particular que contemplava a interação social, e a criatividade preparando as crianças para o ensino regular (Kramer, 1995).

A valorização do ensino infantil se deu a partir da Constituição Federal de 1988 que reza no artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Brasil, 1988). A partir de então, as creches, passaram a desenvolver um trabalho pedagógico, deixando em segundo plano o cunho social e direcionando suas ações para o aspecto educacional.

Seguindo as orientações da CF, no ano de 1990 foi promulgada a Lei 8.069/1990, Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que incluiu as crianças nas discussões dos direitos humanos. Consta no Art. 3º: a criança e ao adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (Brasil, 1994a).

No dizer de Ferreira (2000), a Lei:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. A ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas

para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. (p.184)

A sociedade passou a se preocupar com o ensino das crianças e passou a regulamentar essa educação incluindo também na Lei de Diretrizes e bases da educação que passou a incorporar esse ensino com a primeira etapa da educação básica. A lei 9394/96 postula que “a finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade “ (Brasil, 1996).

(Didonet (2001) nos informa que a educação infantil busca alcançar três objetivos, a saber: a) objetivo social: relacionado à questão da mulher como partícipe da vida social, econômica, cultural e política; b) objetivo educativo: estruturado para possibilitar a construção de novos conhecimentos e habilidades da criança; c) objetivo político: voltado para à formação da cidadania infantil, dando à criança o direito de falar e de ouvir, de colaborar e de respeitar e ser respeitada pelos outros.

Outro avanço no caminho da educação infantil se deu com o referencial curricular para a educação infantil que orienta como as atividades escolares devem ser desenvolvidas.

Diz o documento que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com

os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (Brasil, 1998a, p. 23)

No que pese os avanços determinados nas diversas legislações que tratam do ensino infantil, este ainda se constitui um desafio atender esses direitos em função da qualidade do atendimento e do acesso a esse atendimento. Neste contexto, Barreto (1998) nos explica que:

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastantes aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar. (p. 25)

Estas questões foram consideradas ao elaborar o Plano Nacional da Educação – PNE, que de acordo com Barreto (2003) visava a redução das desigualdades sociais e regionais no que tange a inclusão e à manutenção da criança e do adolescente no ensino público, estendendo-se à educação infantil, uma vez que a desigualdade de acesso é elevada nas classes menos favorecidas.

O PNE estabeleceu em 26 metas a serem alcançadas, porém estas metas carecem de articulação com outros setores da economia o que acaba por fim dificultando a realização das políticas públicas e o atingimento das metas. Entretanto, apesar dos desafios enfrentados, o ano de 2006 foi o ano da política Nacional de Educação Infantil e o Ministério da educação estabeleceu os ditames para este nível de ensino:

A prática pedagógica considera os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo: crianças, professores, pais, comunidade e outros profissionais; Estados e municípios elaborem ou adéquam seus planos de educação em consonância com a Política Nacional de Educação Infantil; as instituições de educação infantil ofereçam no mínimo, quatro horas diárias de atendimento educacional, ampliando progressivamente para tempo integral, considerando a demanda real e as características da comunidade atendida nos seus aspectos socioeconômicos e culturais; as instituições de Educação Infantil assegurem e divulguem iniciativas inovadoras, que levam ao avanço na produção de conhecimentos teóricos na área da educação infantil, sobre infância e a prática pedagógica; a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com base nos conhecimentos historicamente produzidos, tanto pelas ciências quanto pela arte e pelos movimentos sociais, norteie as propostas de formação; os profissionais da instituição, as famílias, a comunidade e as crianças participem da elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. (Brasil, 2006, p. 26).

Tais direcionamentos necessitam ser executados por profissionais capacitados e alinhados com as propostas explícitas nos documentos, uma vez que a formação profissional vai impactar diretamente na qualidade do atendimento. Os professores do ensino infantil devem estar preparados para lidar com os desafios advindos da diversidade e desigualdade do próprio trabalho pedagógico. Entretanto, as dificuldades com esse nível de ensino parece não se limitar ao Brasil. Estudos realizados por Cely e Sabogal (2012) Apontaram que :

las familias españolas de niños y niñas de cuatro años presentan unos perfiles marcados por la diversidad, o por la desigualdad, en cuanto a recursos, estilos de vida, estimulación aportada a los niños y en la percepción de propio papel del padre

y de la madre como agentes del desarrollo de sus hijos, lo que provoca desigualdades en la vida escolar del niño Todo esto nos lleva a considerar que los docentes de esta etapa deben tratar de conocer cuáles son los conocimientos y experiencias previas de los niños y las niñas, los significados que ya han construido (sean adecuados o no) para partir de ellos y facilitar el proceso de construcción y reconstrucción continua de significados. (p.49)

Destarte, o ensino infantil segue uma trajetória de avanços embasada pelos direitos humanos da criança, mas que coloca nas mãos dos professores a responsabilidade de cuidar e ensinar. Valem retomar a discussão da formação profissional a fim de registrar que embora se exijam a formação integral da criança, os cursos de formação de professores ainda ensinam os conteúdos de forma separada. Desse modo, a formação profissional e continuada deve dar o suporte necessário para que o professor possa entender a realidade de seus alunos.

2.2. A Escola e Suas Inter-relações

2.2.1. Escola: origem, evolução.

A evolução humana está intimamente ligada a história da educação e da escola. É por meio da educação e da escola que o homem vai fazendo e refazendo sua própria história e assim a educação / escola vem ocupando um papel fundamental na vida dos indivíduos desde os tempos primitivos até na atualidade.

O homem sempre buscou aprender, mesmo nas comunidades primitivas onde não havia a escola formal. A educação era voltada para o ensino das necessidades práticas do cotidiano. De modo informal era repassado os conhecimentos necessários para sobreviver e assim ia-se ensinando e aprendendo no fazer diário e no convívio com os pais que passavam para os filhos os valores, o conhecimento e a cultura do seu povo (Aranha, 2006, p. 35).

Com o desenvolvimento das sociedades e o surgimento das instituições políticas e econômicas, surgiram também os professores que eram contratados pelas famílias (ricas) para repassar os conhecimentos para os filhos. As aulas aconteciam na casa do aluno ou em locais improvisados pelo professor que cobrava uma quantia por cada estudante. Nota-se que desde essa época a educação era para poucos, ou seja, um privilégio para as famílias mais abastadas.

“O termo escola tem origem na palavra grega *scholé* que significa ‘lazer, tempo livre’. Para os gregos a educação era restrita para aqueles que não precisavam trabalhar pelo próprio sustento e assim podiam usufruir o seu tempo para adquirir conhecimento e saber. A educação na Grécia tinha o propósito de formar os dirigentes da sociedade, assim, o ensino era voltado para os ditames sociais e os requisitos necessários para ocupar os altos cargos e para os prováveis governantes. Os alunos ou discípulos eram entregues a um mestre que lhes

ensinavam artes, filosofia, aritmética e política, ou seja, conhecimentos necessários para exercerem seus cargos (Jaeger, 2013, p.5).

Na era medieval o ensino continuava limitado aos líderes religiosos cristãos, que se empenhavam em compreender os textos bíblicos, enquanto para os demais membros da comunidade era negada a oportunidade de instrução. Com o advento do comércio e surgimento dos centros urbanos, surgiu também a necessidade de controle dos novos negócios e para tanto, precisou-se de pessoas para assumir essas funções, daí a necessidade de prepará-las e a escola foi a instituição encarregada para fazê-lo. Vale destacar que a educação favorecia apenas a elite (Oliveira, 2008, p.208).

A burguesia emergente precisava de uma escola que atendesse aos seus interesses e as necessidades dos negócios comerciais, assim a instituição escolar surge concomitante ao surgimento do capitalismo. Nos anos de 1750, a revolução industrial precisava de mão de obra para operar as máquinas e os operários do mínimo de conhecimento para essa operação. A escola então seria o veículo disciplinador da classe trabalhadora. Para Adam Smith, um dos defensores do capitalismo, a educação era necessária e deveria ser ofertada ao povo em pequenas doses (Serenna, 2018).

Nota-se o poder controlador da educação e a ideologia que a direciona. A educação é percebida pela classe dominante como uma arma para disciplinar os trabalhadores e inculcar nestes os valores ideológicos da sua classe, deixando claro o papel e a função que cada um ocupa, de acordo com sua classe de origem. Porém, o povo não tem consciência desse papel da escola, já que ela é vista como uma instituição neutra, que igualmente acolhe a todos. O aparelho ideológico da escola está a serviço da classe que detém o poder e controla a sociedade (Althusser, 1987).

Althusser (1987, citado por Cassin, 2014, p.16) esclarece:

Com relação ao Aparelho ideológico de Estado escolar, ele deve ser entendido como um sistema, dentre os vários que compõem o Estado, que tem como objetivo reproduzir as relações de produção; na sociedade capitalista o de reproduzir as relações de dominação capitalista, portanto reprodução de relações de exploração.

Este pensamento ratifica as bases ideológicas e filosóficas de criação da escola na antiguidade e que se perduram atualmente. Cabe registrar que o rei da Prússia, Frederico Guilherme I, no ano de 1717 instituiu a obrigatoriedade escolar para crianças de 5 a 12 anos de idade. Nascia assim a primeira escola pública estatal que tinha por trás os objetivos de formar operários e soldados.

Rothbard (1999, citado por Celetti, 2012 p. 30) afirma que “Foi o rei Frederico Guilherme I quem inaugurou o sistema de educação compulsória prussiano, o primeiro sistema nacional na Europa. Em 1717, ele ordenou a frequência obrigatória para todas as crianças nas escolas estatais e, em atos posteriores, seguiu com a disposição para a construção de mais escolas” (Rothbard, 1999, p. 25, Celetti, 2012, p.30).

A França por volta dos anos de 1789 também buscou implantar a educação pública obrigatória em seu território, indo contra as ideias iluministas, a exemplo de Voltaire que alegava ser inútil educar o povo. Mas foi só a partir do ano de 1833 que a lei francesa modificou a educação primária do seu país e influenciou o resto do mundo. Rezava a lei “a obrigação de uma escola primária de meninos para comunas com mais de 500 habitantes, além de uma escola de formação de professores do ensino básico em cada departamento francês”(Bencostta e Braga, 2011, p.53).

A partir daí, novas leis foram surgindo e alterando a educação francesa culminando com às Leis Ferry, em 1881 e em 1882. A primeira lei de Jules Ferry foi promulgada em 16 de junho de 1881 instituiu a escola gratuita e a segunda, promulgada em 28 de março de 1882 determinou a obrigatoriedade e laicidade da escola, para crianças de 3 a 13 anos (Bencostta e Braga, 2011, p.53).

Vale ressaltar que essas leis inspiraram outras nações a legislar sobre a educação. No caso do Brasil, as primeiras escolas surgiram no ano de 1549 tendo à frente os jesuítas que através do ensino buscavam catequizar os índios, formar novos sacerdotes e educar a elite brasileira. Ressalta-se que para além do alfabetizar, a escola impunha a fé cristã e subjugava os povos indígenas à dominação portuguesa.

No dizer de De Sousa (2021, p.187), “a pedagogia autoritária de que se utilizavam servia tanto aos interesses da igreja como aos do governo português, que via na fé e na autoridade da religião o melhor instrumento de dominação política e na uniformidade da cultura o melhor freio para os sentimentos nacionais de independência”.

Com a expulsão dos jesuítas, houve uma tentativa de recuperar o ensino no Brasil, mas sem grandes resultados. Porém com a chegada da família real, no ano de 1808 é que houve um avanço no ensino brasileiro, com a criação de escolas de Medicina, Direito e tantas outras necessárias aos interesses da corte, deixando a escola primária em segundo plano.

Com o advento da independência do Brasil, voltou-se o debate sobre as políticas públicas educacionais que culminou com a criação da lei de 15 de outubro de 1827, que estabelecia: “Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”. E segue. “Art. 11. Haverão escolas de meninas

nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento”(Brasil, 1827).

No ano de 1834, por meio do Ato Adicional, as províncias passaram a estabelecer e tomar decisões sobre a educação primária. Esta descentralização perdurou por toda a época da república e contribuiu para que houvesse um aumento das desigualdades educacionais no país.

Finda a primeira grande guerra mundial, por volta dos anos de 1920, surgem novas discussões acerca da educação brasileira e vários estudiosos se juntaram para o debate. Cite - se nomes como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Almeida Júnior, que encabeçaram os movimentos reformistas com o intuito de implantar no país os ideais da Escola Nova. Denominado de Manifesto dos Pioneiros, no ano de 1932 este documento redefiniu o papel do Estado na Educação do Brasil. (Brasil, 2010)

O avanço ocorrido pela constituição de 1934 que defendia um ensino público gratuito foi sufocado pela constituição de 1937 que voltava suas prioridades para o ensino privado e a profissionalização dos estudantes, principalmente para os menos favorecidos economicamente, criando um abismo entre as classes sociais (Palma Filho, 2010, p.71).

Desse modo a educação brasileira foi avançando e retrocedendo em função dos governos vigentes da época e suas políticas. Vale registrar a criação em 1951 da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), em 1961 do Conselho Federal de Educação (CFE), somam-se a isso as campanhas de alfabetização de adultos, a expansão do ensino primário e superior e os movimentos voltados para a defesa da escola pública.

Data também do ano de 1961 a criação da Lei de diretrizes e bases da educação, a Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que tinha como premissa a chamada para organizar o ensino brasileiro e estabelecer seus objetivos. Por volta do ano de 1962 é iniciado o Plano Nacional de Educação, por meio do Conselho Federal de Educação onde foi estabelecido metas quantitativas e qualitativas para serem alcançadas em um período de 8 anos (Palma Filho, 2010).

Com o golpe militar de 1964, ocorrem novas configurações na educação brasileira que se volta para a preparação de profissionais para a indústria e o mercado capitalista. No ano de 1971, já então no governo do Presidente Médici, é promulgada a Lei 5692 no dia 11 de agosto de 1971, porém sem grandes promessas para a educação. Essa Lei tratou dos ensinos de 1º e 2º graus e seguiu com linha educacional dos governos militares, com viés tecnicista formador de mão de obra.

Savianni (2008) nos esclarece que:

foi aprovada, em 11 de agosto de 1971, a Lei n. 5.692/71, que unificou o antigo primário com o antigo ginásio, criando o curso de 1º grau de 8 anos e instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, visando atender à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. (p.28)

Para melhor explicar seu pensamento, Savianni (2008) recorre a Souza que nos explica:

Em torno dessa meta, a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática; o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país; e ao ensino superior eram atribuídas as funções de formar a mão-de-obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país. (Souza, 1983, p. 67-68)

Cabem registrar que nessa época houve um incentivo a educação privada e uma redução nos investimentos na educação por parte do governo federal.

[...] A partir do pressuposto da neutralidade científica é inspirada nos princípios da racionalidade e eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. (Saviani, 2008, p. 11)

Nesta perspectiva, o autor relata que o setor privado não foi o único que se beneficiou, visto que o setor público também procurou se adaptar atualizando sua estrutura para os novos ditames do mercado das privatizações.

Savianni (2008, p. 300) acrescenta que:

o próprio setor público foi sendo invadido pela mentalidade privatista, traduzida no esforço em agilizar a burocracia aperfeiçoando os mecanismos administrativos das escolas; na insistência em adotar critérios de mercado na abertura dos cursos e em aproximar o processo formativo do processo produtivo; na adoção dos parâmetros empresariais na gestão do ensino; na criação de “conselhos curadores”, com representantes das empresas, e na inclusão de empresários bem sucedidos como membros dos conselhos universitários; no empenho em racionalizar a administração do ensino, enxugando sua operação e reduzindo seus custos, de acordo com o modelo empresarial.

Entretanto, o apoio e concessões dadas a expansão das escolas privadas, a exemplos das escolas de ensino superior, não havia um acompanhamento e/ou cobrança quanto a qualidade do ensino. “Não há na proposta uma exigência sobre o padrão educacional das

faculdades privadas para receberem os benefícios”. Ensinam mal, acumulam dívidas e são salvas pelo governo (Rodrigues, 2007, p.2).

Desse modo, a educação brasileira seguia seus passos sendo direcionada por governos autoritários descendente do Estado Novo. A estrutura apresentava um ensino primário de quatro anos, um ensino médio dividido em dois ciclos sendo que o primeiro se denominava ginásial e tinha uma duração de quatro anos, e o segundo ciclo, chamava-se colegial e tinha a duração de três anos.

Para o ensino superior, os cursos de bacharelado tinham duração de quatro anos. “Essa estrutura geral do ensino primário, médio e superior se manteve mesmo depois de aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1961” (Savianni, 2008, p.301-302).

Destarte, entre idas e vindas, em 20 de dezembro de 1996 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional (LDBEN) Lei 9394/96 que estabelece:

Art. “1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. [...]

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996)

Percebe-se um avanço na lei no que tange a obrigatoriedade e gratuidade da educação para todos os brasileiros conforme estabelecido no Art. 4º.

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Brasil, 1996)

O texto de Lei 9394/96 coaduna com a Constituição Federal (CF) do Brasil de 1988 que determina no artigo que trata dos direitos sociais: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015)” (Brasil, 1988).

A Constituição Federal (CF) retoma o tema educação nos artigos 205 a 214 onde prevê:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006) I–igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III–pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV–gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; [...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (EC no 14/96, EC no 53/2006 e EC no 59/2009) Da Ordem Social 123 I–educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II–progressiva universalização do ensino médio gratuito; III–atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV–educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V–acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI–oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Brasil, CF, 1988)

Por fim, no Art. 214 da CF, a lei prevê o “fim do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino”. Metas ambiciosas e arrojadas para um histórico de atropelos no sistema educacional.

Voltando a LDB 9394/96, a lei é clara ao citar a participação da família na educação das crianças, inclusive afirmando que matricular a criança na educação básica é dever dos pais ou responsáveis. Desse modo, para além da livre e espontânea vontade, os pais devem participar da vida estudantil da criança, isso é o que determina a lei.

Quanto a estrutura de ensino, a Lei tratou de apresentar os níveis e modalidades sendo composto de ensino básico e ensino superior. De modo que o ensino básico compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Para o ensino infantil, ficou determinado a oferta em creches ou instituição equivalente, para crianças com até três anos de idade; e pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (Brasil, 1996).

Para o ensino fundamental, a lei tornou-o obrigatório e gratuito na escola pública com início aos 6 anos de idade e duração de 9 (nove) anos. Já para o ensino médio a duração ficou em 3 anos encerrando assim o ensino básico (Brasil, 1996).

A lei tratou também de definir a educação profissional e técnica de nível médio e da educação de jovens e adultos e assim também como da educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação. Por fim a referida lei tratou do ensino superior estabelecendo no Art. 44 da Lei 9394/96.

A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente.

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (Brasil, 1996)

Observa-se que a Lei veio resgatar alguns direitos negligenciados ao longo da história da educação do Brasil e do papel da escola nos diversos contextos. De modo amplo, a Lei 9394/96 ampliou o acesso à educação a todos os brasileiros, concedeu maior expressividade e autonomia para as redes públicas gerenciar de forma mais organizada, as atividades das instituições de ensino e clarificando as atribuições de todos os agentes envolvidos no processo escolar.

As leis de Diretrizes e bases da educação nacional foram elaboradas em contextos singulares, atendendo as necessidades específicas e econômicas em que o país atravessava, logo, a LDBN 4024/1961 foi criada no momento de redemocratização do país, findo o Estado Novo (1937-1945) e sofreu duas reformulações pelas Lei nº 5.692/1971 e pela Lei nº 9.394/1996 na tentativa de acompanhar o movimento que acontece no mundo e na sociedade.

A escola busca atender as demandas sociais e econômicas e os avanços tecnológicos incorporados na educação têm provocado uma inovação sem precedentes e infinitas possibilidades para estudantes, professores, instituições e profissionais do ensino. Dando a forma de aprender e ensinar outra dinâmica que quebra a passividade do aluno e o coloca no centro do processo de ensino e aprendizagem.

A tecnologia impõe a escola a se reinventar e a se sincronizar com o mundo globalizado. Cortes de verbas para pesquisa e ciência, baixos investimento na educação,

descaso com as estruturas das escolas, desvalorização dos professores, crescente desigualdade social e econômica, agravadas na atualidade pela pandemia e a desqualificação da função social das escolas para preparar o cidadão para atuar nesse novo mundo se traduz em desafios que a escola vem enfrentando todos os dias.

2.3. Estado da Arte em Pesquisas Relacionadas a Família

A participação da família é fundamental para a educação dos filhos. A parceria entre escola e família possibilita aos estudantes alcançarem melhores resultados.

Braghirolli, (2002 citado por Silva et al, 2012) explica que “o sucesso de qualquer proposta educacional certamente está relacionado à participação dos pais, ao interesse da família pela vida escolar do aluno, ao estímulo de leitura, das atividades individuais e ao hábito de fazer e corrigir as atividades de casa juntamente com os alunos. O envolvimento de todos será de grande importância, pois quando todos se envolvem, a escola cumpre melhor o seu papel” (p.2).

A escola esteja ela localizada na área urbana ou na área rural, carece de uma aproximação com a família e essa dificuldade se acentua na zona rural em função das especificidades que ela contém. Desse modo, buscando entender as práticas educacionais na educação do campo, Chaves e Foschiera (2014), realizaram o estudo apresentado na figura a seguir.

Figura 1

Práticas de educação do campo no Brasil: escola família agrícola casa familiar rural e escola itinerante

ELEMENTOS ANALISADOS	INFORMAÇÕES ENCONTRADAS
Ano	2014
Autores	Chaves, Kênia Matos da Silva; Foschiera, Atamis Antonio,
Título	Práticas de educação do campo no brasil: escola família agrícola, casa familiar rural e escola itinerante

Objetivos	Descrição de práticas educacionais condizentes com a proposta da Educação do Campo, no sentido de conhecer as ferramentas metodológicas aplicadas à transformação do meio rural.
Metodología	Pesquisa bibliográfica realizada em livros, revistas científicas, monografias de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado, sites de instituições de ensino, dentre outros
Resultados	Entre os resultados foi observado que há uma diferenciação entre os sistemas adotados por estas instituições, no entanto se assemelham ao propiciarem a articulação trabalho e escola. Isso permite que o indivíduo consiga conciliar a formação escolar com sua realidade de vida. Ao mesmo tempo, adquire conhecimentos significativos e os pratica na sua propriedade, comunidade ou movimento social que participa, promovendo a transformação do seu meio, podendo decidir criticamente entre permanecer ou não no campo.

Fonte: Chaves; Foschiera, (2014), adaptado.

Segundo o estudo de Chaves e Foschiera (2014), apesar dos processos da escola urbana e da escola do campo apresentarem similaridades, no que tange a relação da família com a escola, observaram os autores que na escola do campo os alunos adquirem conhecimentos que podem aplicar na sua propriedade.

Quando se tratam do tema “família e educação”, há uma vasta literatura disponível, a exemplo do estudo de Furtado, Medeiros (2018) que objetivou compreender a relação família-escola e as implicações da mesma na melhoria do processo ensino e aprendizagem.

Ver figura 2.

Figura 2

Relação família e escola como uma perspectiva de melhoria na aprendizagem

ELEMENTOS ANALISADOS	INFORMAÇÕES ENCONTRADAS
Ano	2018
Autores	Furtado, Françoerbe Barbosa; Medeiros, Jarles Lopes de
Título	Relação família e escola como uma perspectiva de melhoria na aprendizagem
Objetivos	Compreender a relação família-escola e as implicações da mesma na melhoria do processo ensino e aprendizagem.
Metodología	<p>Pesquisa bibliográfica articulada a dados coletados em campo. Abordagem qualitativa. Desenvolvida em três momentos: o primeiro diz respeito ao referencial teórico, No segundo momento visita à escola e realização de entrevistas com os sujeitos de pesquisa: 25 pais de alunos de uma turma de 1º ano; o coordenador pedagógico e o diretor da escola. A última etapa da pesquisa foi análise dos dados coletados nas entrevistas. Para as entrevistas com os pais e profissionais, foram aplicados questionários com perguntas semiestruturadas ao mesmo tempo em que ocorreu uma roda de conversa. Análise dos dados oriundos do questionário escrito. As rodas de conversas foram gravadas e transcritas A análise dos dados foi fundamentada na análise de conteúdo temática de Bardin (2005) e o critério de categorização utilizado foi o lógico-semântico (categorias temáticas), incluindo as seguintes fases: pré-análise, exploração do material e síntese das ideias.</p>

Resultados	<p>O estudo mostra com evidência, o desinteresse, aliado à falta de tempo, que os pais manifestaram para com a formação escolar de seus filhos.</p> <p>Dessa forma, os resultados apontam que, independentemente dos fatores negativos, como ausência e/ou negligência da família, a escola, como instituição que preconiza a educação como forma de humanização, deve promover ações que viabilizem uma harmoniosa relação com a família, promulgando estratégias para atrair os pais dos alunos a cooperarem no processo educativo.</p>
------------	---

Fonte: Furtado; Medeiros (2018), adaptado.

Os autores analisaram a relação da família com a escola e concluíram que os pais não se interessam com a formação dos filhos, cabendo a escola criar estratégias para envolver essas famílias na aprendizagem dos alunos.

Nesta mesma linha, Santos (2018) com seu estudo denominado “Escola e família: uma aproximação necessária a formação do estudante”, analisou a importância e a influência da família no desempenho escolar do estudante e concluiu que a alfabetização é a etapa onde a parceria entre a escola e família geram mais resultados, conforme demonstrado na figura 3.

Figura 3

Escola e família: uma aproximação necessária a formação do estudante

ELEMENTOS ANALISADOS	INFORMAÇÕES ENCONTRADAS
Ano	2018
Autores	Santos, Aline Alves dos.
Título	Escola e família: uma aproximação necessária a formação do estudante.

Objetivos	Investigar a importância e a influência da família no desempenho escolar do estudante partindo-se da premissa de que é durante o processo de alfabetização que a relação entre escola e família pode apresentar mais destaque e gerar melhores resultados.
Metodología	Trata-se de uma pesquisa aplicada em uma instituição participante do Programa Federal de Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.
Resultados	Foram levantadas as percepções que os principais atores envolvidos com o programa possuem sobre a importância na melhoria dos resultados no aprendizado dos estudantes.

Fonte: Santos, (2018), adaptado.

Santos (2018) concluíram que a relação da família com a escola trouxe melhores resultados para a aprendizagem das crianças. Já Tezin (2019) analisou se a família era fator determinante para o desempenho escolar dos alunos e concluiu que os alunos que são acompanhados por seus pais apresentam melhor desempenho na escola conforme demonstrado na figura 4.

Figura 4

A família como fator determinante no desempenho escolar dos alunos

ELEMENTOS ANALISADOS	INFORMAÇÕES ENCONTRADAS
Ano	2019
Autores	Tezin, Vanessa
Título	A família como fator determinante no desempenho escolar dos alunos

Objetivos	Analisar a participação da família na educação escolar, na qual se indagou se essa determina o desempenho escolar dos alunos.
Metodología	Foi aplicado um questionário aos familiares de dois grupos de alunos a fim correlacionar a participação da família com as notas obtidas no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEP), ano de 2013.
Resultados	A pesquisa evidenciou que as famílias dos alunos que apresentam os melhores desempenhos participam mais da vida dos filhos.

Fonte: Tezin, Vanessa (2019), adaptado.

A relação dos pais com a escola resulta da percepção dos pais quanto a importância da escola para a formação do seu filho, assim, Zangrande et al. (2020) buscou conhecer a percepção os agricultores rurais sobre a educação rural e sua importância para a manutenção dos jovens no campo.

Figura 5

Percepção os agricultores rurais sobre a educação rural e sua importância

ELEMENTOS ANALISADOS	INFORMAÇÕES ENCONTRADAS
Ano	2020
Autores	Zangrande, Helen Junara Balbinotti; Godoy, Cristiane Maria Tonetto; Campos, José Ricardo da Rocha; Teixeira, Edival Sebastião.
Título	Educação rural: um olhar sobre a percepção dos agricultores familiares do município de Vitorino, PR.

Objetivos	Objetivo compreender a percepção dos agricultores familiares do município de Vitorino, Paraná, sobre a educação rural e a sua importância como elemento estratégico para a manutenção dos jovens no campo.
Metodología	Por conveniência foram realizadas entrevistas com vinte agricultores familiares do município. A presente pesquisa teve uma abordagem qualitativa. A escolha foi por conveniência com a participação espontânea e a seleção dos entrevistados não sendo pautada em nenhum estilo de delineamento estatístico. As perguntas, constantes no roteiro de entrevistas, estavam relacionadas aos aspectos sociais, econômicos e ambientais das propriedades, tendo como objetivo apurar as opiniões dos entrevistados acerca de temas referentes à vida rural e da família.
Resultados	<p>A partir das entrevistas, foi possível compreender que, apesar de a maioria das escolas rurais do município ter sido fechada, as crianças e os jovens rurais têm acesso à educação, mas em escolas urbanas. Entretanto, o currículo urbano, em sua maioria, não valoriza o modo de vida rural, o que acaba contribuindo para o êxodo dos jovens rurais.</p> <p>Por outro lado, em relação à valorização do campo pelo ensino urbano, grande parte dos entrevistados afirmou que ela não existe, o que acaba influenciando os jovens ao êxodo, implicando diretamente sobre a sucessão e continuidade das propriedades, o que, por consequência, é evocado pelos agricultores, a necessidade de uma educação voltada para o rural como elemento para a permanência desses jovens, sendo uma estratégia os Colégios Agrícolas, por exemplo. Contudo, um dos participantes contraditoriamente relatou que um maior nível de estudo</p>

	geraria um sentido de emancipação dos jovens, o qual não seria benéfico, pois perderiam mão de obra e sucessão nas propriedades.
--	--

Fonte: Zangrande et al. (2020) adaptado.

Continuando com o tema escola e família, Santana (2021) buscou discutir a participação da comunidade na gestão democrática e na relação família e escola. O autor concluiu que a aproximação da escola com a comunidade traz ganhos positivos para os dois lados. Ver figura 6.

Figura 6

Gestão Escolar Democrática e Participativa

ELEMENTOS ANALISADOS	INFORMAÇÕES ENCONTRADAS
Ano	2021
Autores	Santana, Adriano José de
Título	“Gestão Escolar Democrática e Participativa: Escola e família na construção da gestão escolar democrática e participativa”
Objetivos	Discutir sobre os elementos que fundamentam a participação da comunidade escolar para a tão sonhada gestão escolar democrática na relação família e escola.
Metodología	Pesquisa bibliográfica por meio da entrevista com o gestor.

Resultados	Gestão Democrática nas escolas é de extrema importância, tendo em vista que ela proporciona um trabalho coletivo e compartilhado, onde todos estão juntos em busca de um objetivo em comum: a qualidade de ensino.
------------	--

Fonte: Santana, (2021), adaptado.

O autor verificou que a gestão democrática abre diálogo com a comunidade e cria um trabalho colaborativo que reflete positivamente na condução dos trabalhos escolares e na aprendizagem dos alunos. No dizer de Vieira et al. (2019, p.87), “a gestão democrática é entendida como participação efetiva dos vários segmentos que compõem a comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários da instituição, a fim de construir e avaliar projetos pedagógicos, administrar os recursos da escola e, não apenas isso, participar dos processos decisórios da escola e ter voz neles”

Nesta lógica, a gestão democrática e participativa tem como premissa o envolvimento da comunidade e da escola, para elaborar uma proposta de ações a serem fomentadas na escola tendo como objetivo a melhoria contínua do processo de ensino aprendizagem.

2.4. Estratégias Integradoras da Escola e Família

Diversos estudos tratam da importância da parceria entre a escola e família, a exemplo da obra de Sam Redding (2002), “Os pais e a aprendizagem dos filhos”, publicada na coletânea Práticas educativas – 2 pela Academia Internacional de educação e distribuído pelo International Bureau of Education - IBE, UNESCO. O autor elenca alguns temas que servem (acredito) de bússola para compreender a relação entre a escola e a família. A saber: o currículo familiar; a relação pais/filhos; a rotina familiar; expectativas familiares e supervisão; trabalhos de casa (tpc); comunicação escola/família; envolvimento dos pais formação de pais; relação família/escola; famílias e comunidades (Redding, 2002).

Ao analisar o currículo familiar, Redding (2002) identificou que a forma como a família se comporta implica diretamente no desenvolvimento da aprendizagem da criança. Segundo o autor, as práticas familiares geralmente estão agrupadas em três temas: relação pais e filhos; rotinas da vida familiar e expectativas familiares de controle. Para cada tema são listadas ações que quando realizadas favorecem a aprendizagem das crianças

Relação pais/filhos - Conversas diárias sobre acontecimentos do cotidiano; Expressões de afeto; Comentários em família sobre livros, notícias de jornal, revistas, programas de televisão; Visitas em família a bibliotecas, museus, jardins zoológicos, lugares históricos, atividades culturais; Estímulos para utilizar novas palavras e ampliar o vocabulário.

Rotinas da vida familiar - Estabelecer um tempo para estudo em casa; Rotinas diárias que incluem tempo para comer, dormir, brincar, trabalhar, estudar e ler; Ter um lugar tranquilo para estudar e ler; Interesse da família em hobbies, jogos e atividades com valor educativo.

Expectativas familiares e controlo - Dar prioridade ao trabalho escolar e à leitura em detrimento de ver televisão e de atividades de ócio; Expectativas de pontualidade; Expectativas dos pais de que os filhos façam as coisas o melhor que possam; Preocupação com o uso correto e apropriado da linguagem; Controlo dos pais sobre o grupo de amigos dos filhos; Controlo e análise dos programas de televisão com os filhos; Conhecimento dos pais sobre os progressos dos filhos na escola e sobre o seu crescimento pessoal. (Redding, 2002, p.6)

Eisensten, (2013, citado por Neumann & Missel, 2019), ao tratar do relacionamento entre a escola e a família diz que “o diálogo estabelecido entre pais e filhos é essencial para a comunicação da família, o qual se amplia para as outras relações sociais durante o período escolar” (p.76). Os autores acrescentam que “se ao contrário, esse diálogo acaba não existindo por abandono, falta de tempo ou de atenção, entre outros, a comunicação vai sendo interrompida e formando um distanciamento que, muitas vezes, pode se transformar em um abismo nos relacionamentos familiares”(p.76).

Ao analisar as ações sugeridas para a relação de pais e filhos, fica claro que muitas dessas ações tem caído em desuso ou com prática reduzida, em função do momento social em que vivemos. Segundo Cervený & Berthoud (2009, p.36) “as mudanças advindas nas últimas décadas que incidiram sob a estrutura das famílias tiveram, sem dúvidas, uma grande influência dos meios de comunicação, Internet, celular entre outros”. [...] Desta forma, valores foram alterados, surgiram novos rituais, novas formas de relacionamentos e também novos conflitos familiares”.

Embalados pelas tecnologias as famílias estão cada vez conversando menos e se isolando nas mensagens dos celulares, nos games. As visitas a museus, bibliotecas,

zoológicos estão rareando de modo que muitas crianças nunca foram e um desses espaços, e em muitos casos, nem os seus pais também foram. São crianças das escolas públicas, cujo poder econômico é baixo. No que pese as visitas aos museus, Rodrigues (2019) informou que 82% dos frequentadores de museus brasileiros integram as classes A e B e que 53% da classe C não costumam frequentar.

No que tange ao tempo com a família, verifica-se que atualmente o modelo de sociedade tem castigado muito essa relação visto que a vida tem sido centrada no trabalho, ficando as demais atividades em segundo plano. Tem se observado uma terceirização dos cuidados da criança que dependendo da classe social, e se for com poder aquisitivo, o tempo da ausência dos pais é preenchido com esportes, dançam, retiros, viagens etc. acompanhados da babá, e sendo classe menos favorecido a criança é largada na rua ou a própria sorte, e a responsabilidade ficam para a escola, de educar, orientar e ensinar. Nessas classes sociais não existe uma rotina familiar. Os lares muitas vezes são chefiados por mulheres que deixam seus filhos e saem para o trabalho em busca do sustento. A figura masculina quando presente, geralmente é um indivíduo que pouco contribui para aquele núcleo familiar, tanto nas questões financeiras, quanto nas relações afetivas ou do aprendizado dos filhos.

Essas ocorrências são entraves que bloqueiam os pais e reduzem envolvimento com as questões escolares dos seus filhos e até os impede de participar de atividades ou mesmo de comparecer na escola para as reuniões bimestrais ou festinhas comemorativas tradicionais caracterizando como falta de responsabilidade ou de interesse.

É notória nessas famílias a falta de valorização do estudo, fato esse já registrado por Lahire (2008) que elenca elementos que podem contribuir para a falta de sucesso na escola das crianças, tais como: baixa escolarização dos pais; pouca ou nenhuma prática de leitura; poucas experiências domésticas significativas com a língua escrita; pouca ou nenhuma

atenção às práticas escolares do filho e situação financeira instável. De acordo com Sierra (2011, p.80), “ é imprescindível a interação entre a família e a escola, tendo em vista que as mesmas são instituições responsabilizadas socialmente pela inserção dos jovens na sociedade mais ampla”.

O estudo de Redding (2002) aponta situações de rotina familiar bem distante da realidade da maioria das crianças/estudantes das escolas públicas brasileiras, principalmente das escolas periféricas que atendem as comunidades, visto que muitas delas vivem em condições sub-humanas, amontoados em um cômodo em um barraco e sem perspectivas de melhoras.

Nesta situação, a ordem do dia é a sobrevivência e a educação/estudo é um lugar difícil de alcançar. Salvo as exceções, observa-se que algumas famílias se preocupam com a atuação de seus filhos na escola e desenvolve um trabalho de acompanhamento do progresso da criança trocando informações com a escola/professor (a). Porém, fica evidente que essas famílias também têm uma condição social e financeira mais estruturada e são mais conscientes da importância da educação para o crescimento integral da criança.

Redding, (2002) esclarece que as crianças que possuem um bom relacionamento com seus pais e vivem em um lar harmonioso se beneficiam desse apoio emocional para responder as demandas que lhes são solicitadas. Do mesmo modo, quando a criança têm limites e regras de como deve usar seu tempo, elas conseguem ser mais produtivas e dar uma resposta mais positiva na escola. No dizer do autor, “os pais estabelecem metas para os seus filhos e essas metas determinam o que as crianças consideram importantes”(p.9).

É comum a escola enviar tarefas para casa, o tradicional dever de casa como um reforço para consolidar a aprendizagem e muitas vezes essas atividades não são realizadas ou são feitas por outras pessoas, pelo adulto responsável pela criança ou o irmão mais velho,

contrariando toda a razão da existência da tarefa. Muitas são as críticas para o não envio do dever de casa, no entanto, muitos pais solicitam, cobram da escola as tarefas para a criança fazer em casa.

Nesta dualidade, a escola busca um equilíbrio, visto que há razões e benefícios importantes para a prática do dever de casa, a saber: estabelece uma rotina de estudo para a criança. Uma oportunidade de a família acompanhar o progresso da aprendizagem, ter ciência do que o aluno está aprendendo, verificar se a criança tem alguma dificuldade para realizar, entre outros.

Para Redding (2002, p.13), “os alunos aprendem melhor quando estas tarefas são diárias, classificadas, rapidamente devolvidas e utilizadas fundamentalmente para trabalhar matéria previamente apresentada pelo professor”. Neste quesito o autor elenca vários benefícios que o dever de casa traz para a criança. São eles:

Estabelecem o hábito de estudar em casa; preparam o aluno para aprender autonomamente; pode ser um aspecto central para gerar uma interação familiar construtiva; permitem aos pais saber o que o aluno está a aprender na escola; permitem, na maioria das casas, reduzir o tempo utilizado para ver televisão em favor da realização de atividades construtivas; ampliam a aprendizagem formal para lá do tempo passado na escola; capacitam o aluno para refletir sobre um tema e familiarizar-se com ele de uma forma mais íntima do que frequentemente é possível no ambiente escolar, que muitas vezes provoca distrações; e permitem ao professor um controlo frequente do progresso do aluno.(Redding, 2002, p.13)

Ficam claras as vantagens que advém da prática do dever de casa, e se observa que os defensores do extermínio das tarefas de casa são famílias que não têm compromisso com a

educação dos seus filhos e se omitem da responsabilidade de acompanhar seu desenvolvimento escolar. O bom relacionamento familiar se estende para a escola. Uma estrutura familiar onde existe diálogo e seus membros se importam uns com os outros torna-se um espelho para a criança que cresce replicando esses hábitos positivos. Na escola a criança tende a se expressar e a participar das decisões, assim também como interage com as outras crianças estabelecendo uma relação de amizade e apoio.

Não obstante, as famílias também se integram com a escola e formam uma rede de ajuda mútua. Entretanto, verifica-se que a participação da família nas atividades da escola ainda é mínima, e como já foi dito, a formação dos pais é determinante para essa participação escolar. Neste aspecto, Redding (2002, p.19) informa que “os programas para ensinar os pais a melhorar o ambiente familiar de forma a beneficiarem a aprendizagem dos seus filhos tomam uma variedade de formas e podem produzir resultados importantes”.

No entanto, o que presenciamos cotidianamente é um relacionamento passivo da família na escola, limitado a receber o boletim de notas ou reclamações do comportamento do seu filho. Em seu estudo, Redding (2002) apresenta um relacionamento escola e família onde a escola tem uma presença mais próxima na vida das famílias e executa ações que preparam os pais para ajudarem seus filhos.

O autor alega que “uma vez que as famílias diferem na sua forma de relacionamento com as escolas, estas têm de utilizar diferentes procedimentos para implicar a todas no processo de aprendizagem dos seus filhos”. Nesta lógica, a escola enxerga a particularidade de cada família e busca sanar as dificuldades que estas possuem para ensinar seus filhos. Redding (2002) acredita que “quando as famílias das crianças de uma escola se relacionam entre si, o capital social é incrementado; as crianças são acompanhadas por um maior

número de adultos responsáveis por eles e os pais partilham modelos, normas e experiências relacionadas com a educação das crianças”.

Neste viés a escola é uma comunidade e as famílias e os alunos são membros dessa comunidade. No dizer de Redding (2002, p.23), “uma escola que se perceba a si mesma como uma comunidade formada pelos seus elementos - os diferentes agentes educativos da escola, alunos e famílias dos alunos -, mais do que como uma organização, tem mais possibilidades de estimular as interações sociais que conduzem à acumulação de capital social”. O que se observa é que apesar das grandes discussões sobre o papel social da escola, ela ainda se coloca em um pedestal impedindo que as famílias a alcance.

Atendendo a Academia Internacional de educação, os autores Wablerg & Paik, desenvolveram um guia onde elencam alguns fatores que são determinantes para a relação escola e família e para a aprendizagem dos alunos. Estes fatores estão resumidos na figura 7.

Figura 7

Fatores que contribuem para a aprendizagem

Fator investigado	Conclusão
Envolvimento dos pais.	A aprendizagem aumenta quando as escolas encorajam os pais a estimular o desenvolvimento intelectual dos filhos.
Trabalhos para casa que são avaliados.	Os alunos aprendem mais quando fazem os trabalhos de casa (TPC) e estes são avaliados, comentados e discutidos pelos professores.

Tempo justado coordenado com a tarefa.	Os alunos que estão mais ativamente concentrados em alcançar objetivos educativos têm mais facilidade em dominar os conteúdos de aprendizagem.
Ensino direto, explícito/ativo.	O ensino direto é mais eficaz quando expõe características relevantes e segue passos sistemáticos.
Organizadores previos	Mostrar aos alunos as relações entre aprendizagens anteriores e as atuais aumenta a quantidade e profundidade da aprendizagem.
O ensino de estratégias de aprendizagem	Dar aos alunos a possibilidade de escolherem os seus próprios objetivos de aprendizagem, bem como ensiná-los a estarem atentos ao seu progresso, resulta em melhoria na aprendizagem.
Tutoria	O ensino individual ou em pequenos grupos com competências e necessidades de aprendizagens semelhantes pode ser extraordinariamente eficaz.
Aprendizagem de mestria ou de domínio	Para que um conteúdo de uma disciplina seja aprendido passo a passo, um domínio completo ou profundo de cada passo é muitas vezes o ideal.
Aprendizagem cooperativa	Quando os alunos trabalham em pequenos grupos de autoinstrução podem ajudar-se mutuamente e aumentar a aprendizagem.
Estratégias de diferenciação	Utilizar uma variedade de estratégias de ensino, adaptando as aulas a alunos individualmente e a pequenos grupos, aumenta o rendimento

pedagógica	escolar.
------------	----------

Fonte: Walber & Paik (2000). Adaptado.

Em seu estudo, os autores Walberg & Paik (2000) identificaram que o envolvimento dos pais é fundamental para a aprendizagem dos filhos, desse modo, a escola deve incentivar a família para motivar os filhos e desenvolver seu intelecto.

No que tange ao trabalho enviado para a casa, os autores defendem a importância, no entanto, ressaltam que estes devem ser corrigidos e trabalhados em sala de aula como uma oportunidade de revisar os conteúdos. Logo, os trabalhos de casa devem ter um propósito e não ser apenas um modismo ou um requisito para atender uma exigência da escola ou da família, aplicado aleatoriamente (Walberg & Paik, 2000).

Quanto às tarefas ou atividades, os autores alertam que os alunos têm níveis diferentes e assim também gastam tempos desiguais para realizar as atividades, por isso deve-se alinhar o tempo com a tarefa considerando o nível de aprendizagem do aluno. Alegam que quanto mais tempo o aluno dedicar aos estudos, mais ele aprenderá, entretanto, não basta apenas reservar tempo para o estudo. É necessário criar uma estratégia de estudo e estabelecer objetivos. “Os alunos que se envolvem ativamente na realização de tarefas centradas em objetivos educativos específicos fazem ou conseguem mais progressos em relação aos mesmos” (Walberg & Paik, 2000, p.8). Esse aprendizado ocorre de infinitas formas e deve ser planejado visto que sendo dirigido e direto pode promover a aprendizagem. Sobre o estudo direto os autores explicam que “o processo realça a sequência sistemática das aulas, uma apresentação de novos conteúdos e competências, a prática

guiada, a utilização do feedback e da prática independente por parte dos alunos.” (Walberg & Paik, 2000, p.10)

Quanto aos conteúdos, é importante fazer uma relação dos temas anteriores com os temas atuais. Os alunos devem compreender a sequência ou a continuidade do desenvolvimento de uma matéria. Só aprender o conteúdo de modo isolado pode dificultar a compreensão e o sentido do que é estudado. Entender as ligações e a interdisciplinaridade dos conteúdos possibilita criar um mapa de ideias que situa os alunos onde estão e para onde vão de modo que o estudo seja mais objetivo e significativo. Para tanto o aluno deve criar estratégias que favoreçam sua aprendizagem. Os alunos que têm objetivos educativos traçam suas metas para alcança-los, se superam e desenvolve sua aprendizagem. São alunos que aprenderam a aprender e que têm domínio de suas habilidades e competências. Segundo Walberg e Paik (2000) os alunos que têm um repertório de estratégias de aprendizagem conseguem avaliar melhor os seus próprios progressos em relação a metas explícitas. Quando os alunos utilizam estas estratégias para fortalecer as suas oportunidades de aprendizagem, estão a incrementar simultaneamente as suas competências de autoconhecimento, controle pessoal e autoavaliação positiva (p.12).

Na atualidade o ensino vem dando ao aluno a oportunidade de ser protagonista do seu próprio aprendizado. Por meio dos novos métodos de ensino, popularizado como metodologias ativas, os alunos e professores praticam uma nova forma de ensinar e de aprender deslocando a centralidade do ensino do professor para o aluno. Nestas metodologias, o uso de tutoria é muito praticado, sendo utilizada de modo individual ou aos pares orientando a aprendizagem para as necessidades dos alunos. No dizer de Walber e Piak (2000), “a tutoria entre pares (alunos lentos ou muito jovens tutorados por outros mais adiantados) parece funcionar quase tão bem como a tutoria exercida pelo professor. Em

alguns casos, quando os alunos a praticam de modo consistente, pode resultar tão eficaz como a atividade tutorial do professor” (p.13).

Cabe dizer que a aprendizagem pode ser favorecida quando é monitorada e controlada. A avaliação diagnóstica é fundamental para determinar quais conteúdos devem ser estudados, direciona o professor para o que deve ser ensinado e o caminho a ser percorrido. Wamberg e Paik (2000) apontam que a avaliação frequente dos progressos dos alunos permite ao professor colher informações da necessidade de se ter mais tempo para recuperar o conteúdo ou para avançar. A aprendizagem cooperativa e as estratégias de diferenciação pedagógica são estratégias que consideram o grau de aprendizagem de cada aluno e buscam atender sua necessidade.

3. METODOLOGIA

3.1. O Problema e os objetivos da pesquisa

A palavra método vem do grego: *methodos*-meta e *hodos*-caminho. O método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados. Então, é necessário se selecionar caminhos para se alcançar os objetivos propostos.

A metodologia é necessária para todo trabalho, pois ela faz a relação entre a ciência e o estudo, sendo indissociáveis entre os dois. Pode-se afirmar que, o maior desafio para o pesquisador é o domínio da metodologia para desenvolver seu estudo científico. Por isso é mister definir o método que melhor atinja os objetivos. Neste viés, Campoy (2018) nos alerta que “o método é, portanto, algo muito mais complexo que uma simples sequência unidimensional de passos” (p.38).

Para Gil, (2008, p.8), “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Deste modo, o método é a estrada a ser percorrida para encontrar as respostas para o problema, logo, escolhendo a estrada errada pode-se não chegar ao destino esperado. Neste contexto, este estudo se justifica pela fundamental importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos.

A esse respeito, Gil (2002) argumenta que:

A relevância social de um problema está relacionada indubitavelmente aos valores de quem a julga. O que pode ser relevante para um pode não ser para outro. Entretanto, esta discussão torna-se importante à medida que ajuda a explicitar as direções possíveis de uma investigação e suas diferentes conseqüências. (p.35)

Assim sendo, este estudo surgiu dos questionamentos relacionados à participação da família na vida estudantil dos seus filhos. Carece conhecer de forma mais consciente sobre o papel da família no acompanhamento dos alunos de 4º e 5º, desse modo surgem as perguntas que precisam de uma maior averiguação. Quais os benefícios que a participação efetiva da família acarreta para o desenvolvimento da aprendizagem da criança? Quais atividades são desenvolvidas pela escola para estimular a participação da família? Qual a contribuição da interação escola e família para a aprendizagem do aluno?

Neste viés, a pesquisa busca responder à questão principal a qual denominamos de situação problema: Qual o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola José Américo de Almeida?

Diante do exposto e com o intuito de responder à pergunta problema se apresentam os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola José Américo de Almeida.

Objetivos específicos:

- Verificar corresponsabilidade dos pais pela aprendizagem dos filhos;
- Conhecer as estratégias desenvolvidas pela escola para favorecer a participação da família no processo de ensino aprendizagem do aluno;
- Descrever os principais resultados trazidos pela interação da família com a escola para o ensino e aprendizagem das crianças.

Segundo Gil (2002) o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. (p.26)

Nessa linha, apresentamos a trilha metodológica utilizada para atender aos objetivos da pesquisa e contribuir com possíveis sugestões que possam minimizar os questionamentos da pesquisa.

3.2. Desenho da Pesquisa

Optou-se por uma pesquisa descritiva por ser a que melhor atende o objetivo do estudo e por melhor mostrar as características do grupo ao qual se observou, com sua distribuição nível de escolaridade. Já que se aborda neste, o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da Escola José Américo a partir da participação da família.

O tipo da pesquisa será de caráter descritivo, que segundo Gil (2002):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

(p. 42)

Mediante os pressupostos, apresentamos os caminhos para esta investigação, no qual se refere a metodologia da pesquisa científica de forma pautada em seu objeto de estudo, problema e objetivos da investigação. A pesquisa apresenta o modelo de Estudo de Caso que é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.

De acordo com Gil (2002):

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. [...] os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados. (pp. 54-55)

A referente pesquisa busca verificar, embasada em diversas pesquisas, o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola José Américo de Almeida e assim contribuir com aqueles que buscam maiores informações sobre o tema.

Essa pesquisa apresenta enfoque qualitativo, pois visa o estudo do fenômeno dentro do contexto que ele ocorre. Compreender os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, das transcrições, de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações que se conseguiu levantar e apresentar um resultado. A pesquisa é qualitativa, pois aborda a qualidade do ensino aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano dentro de uma perspectiva de apoio familiar.

Sobre esses fatores, Campoy (2018, p. 34) esclarece que “a investigação qualitativa tem recebido distintas denominações como hermenêutica, fenomenológica, cultura, humanista, alternativa, naturalista, construtivista, interacionista, etnográfica, etc”.

3.3. Descrição e Lugar do Estudo

O município de Buritis surgiu de um núcleo agropecuário. Seu nome deriva-se da denominação de uma ave da fauna da região de Chupim. Passou para a categoria de município e distrito com a denominação de Buritis através da Lei Estadual n.º 649, de 27-12-1995, com o desmembramento dos municípios de Campo Novo de Rondônia e Porto Velho. Sede no atual distrito de Buritis.

Figura 8

Mapa de Rondônia com destaque de Buritis - RO



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Buritis_%28Rond%C3%B4nia%29

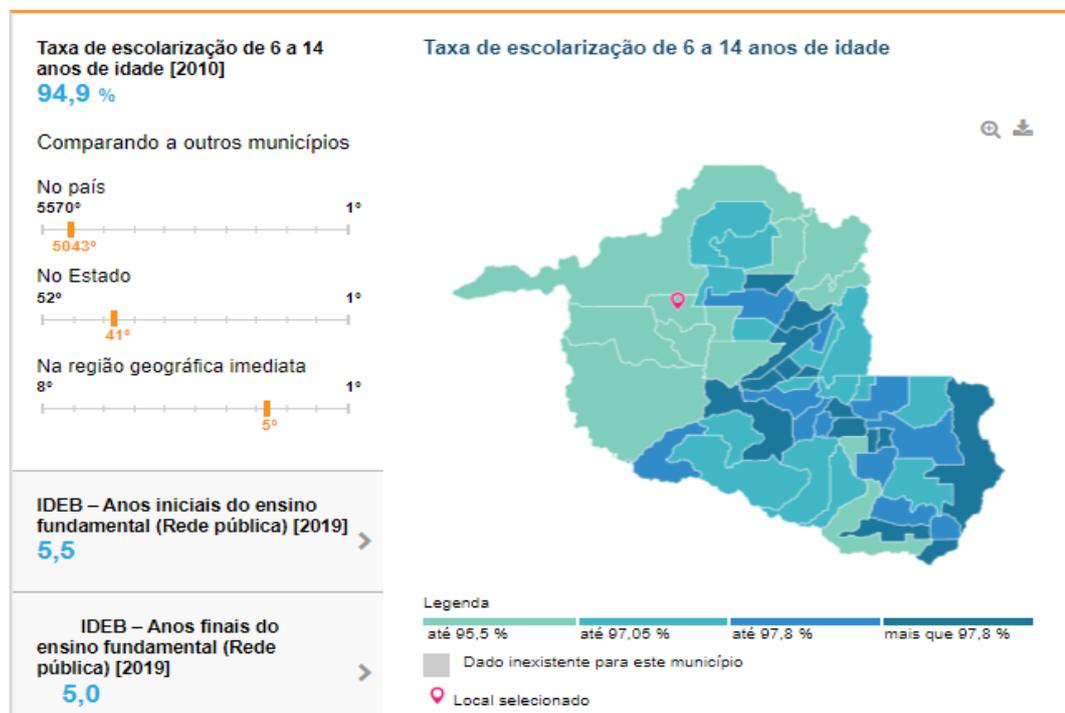
De acordo com o Censo de 2010 o município contava com uma população de 32.383 e uma população prevista de 41.043 habitantes para o ano de 2021, (IBGE, 2022, p.1).

Para o ano de 2019, a média salarial era de 1.8 salários-mínimos. Sendo que 10,6% da população total estavam ocupadas. Com relação a escolarização, a taxa apresentada foi de 94,9% para os estudantes de idade entre 6 a 14 anos. Neste mesmo ano, de acordo com o IDEB, a pontuação dos anos iniciais ficou em 5,5 e para os anos finais do ensino fundamental a pontuação ficou em 5,0 (IBGE, 2022, p.1).

Figura 9

Panorama da taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em Buritis - RO

Educação



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/buritis/panorama>

Buritis possui 26 escolas de ensino fundamental e 6 escolas de ensino médio. No ano de 2021 foram realizadas 4.690 matrículas no ensino fundamental e 1507 matrículas no ensino médio. Para atender a esses estudantes, o município possui 172 docentes para atender o ensino fundamental e 100 docentes para atender o ensino médio (IBGE, 2022, p.1).

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Américo de Almeida, situada no endereço: Linha 20, Gleba 05, Km 12, Lote 29, P.A. Buriti, Zona Rural, Buritis - RO, 76880-000 tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Buritis, através da Secretaria Municipal de Educação – SEMECE.

A comunidade da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Américo de Almeida é formada por crianças na faixa etária de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos (educação infantil), e 06 (seis) a 10 (dez) anos de idade (anos iniciais) do ensino fundamental.

Figura 10

Escola José Américo de Almeida



Fonte: Dados da pesquisa. Arquivo próprio

De acordo com o censo escolar, a escola pesquisada possuía os alunos distribuídos na forma da tabela 1 a seguir:

Tabela 1

Distribuição dos alunos Escola José Américo de Almeida de 2017 a 2021

Anos / Séries	Educação Especial	Educação infantil	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total
2017	16	20	25	20	24	37	25	40	42	36	25	310
2018	4	22	19	20	22	32	31					150
2019	7	16	19	18	23	25	29					137
2020	6	28	10	20	19	23	23					129
2021	4	22	10	15	15	15	15					96

Fonte: Censo escolar, INEP, 2021.

Para o ano de 2022, os alunos matriculados estão distribuídos nas seguintes turmas representadas na tabela 2 a seguir:

Tabela 2

Distribuição dos alunos Escola José Américo de Almeida em 2022

Anos / Séries	Educação Especial	Educação infantil	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total
2022	0	17	16	10	11	11	17					82

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se ao analisar as tabelas 1 e 2 uma redução constante no número de alunos matriculados. Esse evento merece um estudo aprofundado das causas de tal ocorrência e no momento não se constitui objetivo deste estudo. No entanto, cabem dizer que no ano de 2017 a escola compartilhava o prédio com o governo estadual, daí a oferta do ensino fundamental

anos finais, porém por decisão das secretarias municipal e estadual, houve a descontinuidade do ensino dos anos finais, ficando apenas os anos iniciais que vem tendo uma redução dos alunos. Hipoteticamente, o esvaziamento dos alunos na escola está vinculado a migração das famílias, em função das

Áreas destinadas a agropecuária.

3.4. População e Amostra

A escola pesquisada para este estudo possui 18 funcionários sendo 10 funcionários de apoio, 4 professores e 4 gestores. A escola funciona em regime de polivalência para as séries, de modo que hoje se têm:

Figura 11

Distribuição dos professores por séries - Escola José Américo de Almeida

Turmas/Séries	Quantidade de professores
Pré-escolar I e II	1
1º ano	1
2º e 3º anos	1
4º e 5º anos	1
Total	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Para este estudo foi considerado toda a população de gestores, ou seja, os 4 funcionários da função de gestor, vice gestor, orientador e supervisor e a amostra de 1 professor que atua no 4º e 5º anos, totalizando 5 sujeitos participantes da pesquisa.

Gil (2002, p.89) conceitua universo ou população como:

Conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar [...] em determinado período. O autor acrescenta ainda que “amostra é um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população” (Gil, 2002, p.89).

Vergara (2000) explica que “caracterização do universo e amostra pesquisada pressupões a definição de toda a população e da população amostral. Entende-se por população não o número de habitantes de um local, como é normalmente conhecido o termo, mas um conjunto de elementos” (p.46).

É pertinente lembrar que este estudo se limita apenas a analisar o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º anos da escola municipal José Américo de Almeida, logo, a amostra de professor constituiu em 1.

Figura 12

Distribuição da População e amostra da escola José Américo de Almeida

População	População	Amos tra
Gestor	2	2
Supervisor	1	1
Orientador	1	1
Professor	4	1
Alunos	82	0
Funcionários	10	0

Fonte: Dados da pesquisa

Não foram incluídos neste estudo os alunos ou demais funcionários visto que o objetivo foi de avaliar o papel da família no sentido de interagir com a escola para alavancar a aprendizagem do estudante. A percepção do aluno neste processo pode ser tema para outro estudo.

3.4.1. Participantes da pesquisa

Os participantes dessa pesquisa para a coleta de dados foram a equipe gestora e o professor do 4º e 5º anos da escola já mencionada. Esses participantes estão intrinsecamente ligados as turmas investigadas, ou seja, possuem ligação direta com as turmas de 4º e 5º ano.

Diante do contexto, a presente investigação é do tipo descritivo, com enfoque qualitativo sendo assim, foi escolhido como participantes da pesquisa os “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado” (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010, p. 60). , Por sua vez, a seleção dos participantes ocorreu de forma não probabilística intencional, isto significa que os participantes foram escolhidos de acordo com os critérios estabelecidos pelo investigador.

De acordo com Gil (2002, p. 121) “de modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-lo em sua totalidade”, desta forma para dar mais ênfase e qualidade ao estudo é preciso traçar uma maneira que facilite a informação e que seja possível chegar a resultados concisos para essa pesquisa. Para isso é necessário delimitar os participantes dessa investigação.

Dessa forma, procurando atender os objetivos da pesquisa, temos os seguintes participantes da pesquisa:

Professores do 4º e 5º anos

Um (01) professor do 4º e 5º ano. Esse professor leciona na turma como docente polivalente.

A seleção do professor do 4º e 5º aconteceu de forma não probabilística intencional, pois esse professor leciona na turma foco desse estudo. O total de professores que lecionam no Ensino Fundamental I são 4, sendo que 1 deles leciona na turma de 4º e 5º ano que participou da investigação.

Coordenadores e gestão escolar

Fazem parte também da pesquisa 04 (quatro) sujeitos que estão à frente das estratégias e ações escolares.

Figura 13

Participantes da Pesquisa

Participantes	Quantidade
Professores do 4º e 5º ano	01
Coordenadores e Gestão escolar	04

Fonte: Dados da pesquisa

O critério de seleção dos coordenadores e gestão escolar partiu da mesma premissa de seleção dos professores. Foi feita uma seleção não probabilística intencional dos coordenadores e gestão escolar, pois esses participantes estão diretamente ligados às turmas que foram escolhidas para realização desse estudo e são eles que estão à frente das ações desenvolvidas no âmbito escolar. Em um total de 02 gestores (Gestor e vice- gestor) e 02

coordenadores (orientador e supervisor) foram escolhidos todos eles, ou seja, a população é igual à quantidade de participantes.

Na unidade em questão, pretende-se obter dados a partir da entrevista aberta, realizados com 05 (cinco) participantes e todos esses participantes foram selecionados de forma não probabilística intencional.

3.5. Técnica e Instrumentos de Coleta de Dados

Existem várias modalidades de coleta de dados. Na intenção de se obter êxito, optou-se em desenvolver com os participantes entrevistas para os professores, coordenadores pedagógicos e gestores com interrogação direta destes participantes a qual as informações serão recolhidas na Escola Municipal José Américo de Almeida. A técnica de entrevistas responderá os objetivos elencadas na figura 13.

Silva (2017) afirma que: “o pesquisador precisará indicar as técnicas que serão utilizadas no trabalho. As técnicas funcionam como as ferramentas da coleta de dados. Alguns exemplos de técnicas: entrevista, observação, pesquisa de opinião, questionário, testes, análise de conteúdo, história de vida e outras” (p.68).

Para este estudo, o instrumento eleito para coleta de dados foi a entrevista. Esta técnica permite obter manifestações verbais diretas das pessoas envolvidas no estudo, por isso é necessário que o investigador domine a linguagem do grupo ou das pessoas entrevistadas.

Figura 14

Objetivos e instrumentos de coleta de dados

Objetivo da Pesquisa	Instrumentos de Coleta de Dados
Verificar o papel da família e a corresponsabilidade dos pais pela aprendizagem dos filhos.	Entrevistas com o professor, o coordenador e a gestão. Questionário do SAEB (INEP 2021) – Análise documental
Conhecer as estratégias desenvolvidas pela escola para favorecer a participação da família no processo de ensino aprendizagem do aluno.	Entrevistas com o professor, coordenador e a gestão.
Descrever os principais resultados trazidos pela interação da família com a escola para o ensino e aprendizagem das crianças.	Entrevistas com o professor, coordenador e gestão.

Fonte: Dados da pesquisa

Ao explicar as características da entrevista como um instrumento para coleta de dados, Alvarenga ressalta que:

A entrevista é realizada seguindo algumas pautas ou esquemas previamente preparados de acordo com o objetivo de estudo. Assim como pode consistir em uma conversa livre, sem guia sem esquema, mas sem descuidar-se do objetivo, o que orienta em rumo dirigir a conversa (Alvarenga, 2014, p. 89).

O entrevistado deve se expressar com sua própria linguagem, e relatar fatos e experiências a partir da sua visão. Essa técnica consiste em uma comunicação interpessoal, uma interação verbal, mantida entre o investigador e o sujeito ou sujeitos investigados.

Através da entrevista realizada com os participantes tomamos consciência da importância da participação da família no processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa utilizou também trechos do documento questionário do SAEB / INEP 2021 da escola pesquisada para avaliar o comportamento da família e traçar um perfil do aluno quanto ao acompanhamento dos seus pais nas atividades escolares.

(A pesquisa documental, segundo Gil, 2002):

Vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. [...] consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.(p.51)

Para este estudo, o documento analisado foram trechos do questionário aplicado na escola pelo INEP, referente à coleta de dados sociodemográfico dos alunos na realização da prova do SAEB. Buscou-se assim ter uma visão das respostas dos alunos no documento oficial que possibilita comparar com as percepções dos gestores e professores entrevistados.

3.5.1. Validação dos instrumentos de pesquisa

O instrumento adotado para a coleta de dados foi à entrevista. Previamente foi elaborado um roteiro contendo 5 perguntas abertas e enviada a 3 doutores na área de educação para que fosse avaliada a pertinência das questões com os objetivos da pesquisa.

No dizer de Bauer e Graskell (2002), “a validade é o quanto o instrumento capta o que ele deveria mensurar. A validade traz a ideia de propósito: não é um teste que é válido, mas a interpretação dos dados que surge de um procedimento especificado.”

Por outro lado, Kvale (1995, citado por Oliveira e Piccinini (2009, p.90), explica o processo de validação da pesquisa qualitativa como um conjunto de procedimentos que permeia todo o processo da pesquisa). Eles nos dizem que:

A validade na pesquisa qualitativa é expressa em todos os momentos em que o pesquisador desenvolve a pesquisa: a) na problematização do assunto, por meio da coerência da base teórica utilizada com o enfoque dado; b) na estruturação da pesquisa, a validade envolve a adequação do desenho de pesquisa e os métodos usados para cada tópico, além dos objetivos que dão o direcionamento do estudo; c) na coleta de dados, está no cuidado ao checar os dados informados, respeito ao que está sendo expresso pelos participantes; d) na interpretação, refere-se à forma como as questões são colocadas no texto e à lógica das interpretações realizadas; e) na verificação, está relacionada tanto com a validade do conhecimento produzido como para quais formas de validação são relevantes em um estudo específicos, e a decisão de que é relevante para a comunidade no diálogo da validade. (Oliveira e Piccinini (2009, p.90)

Neste contexto, os expertos validaram o roteiro da entrevista e os dados coletados foram transcritos na íntegra respeitando a palavra e opinião dos entrevistados.

3.6. Técnica de Análise de Dados

Analisar dados é um procedimento que se usa técnicas para avaliar e interpretar dados obtidos através de um determinado processo. No dizer de Mascarenhas (2012, p.48) “o objetivo da análise é medir a frequência dos fenômenos e entender a relação entre eles”. Nesse viés, as informações recolhidas são organizadas e tabuladas para que possa tomar decisões mais assertivas e direcionadas aos resultados. Assim, Lakatos e Marconi (2011, p.167) explicam que “analisar e interpretar são ações completamente diferentes, no entanto, relacionadas”. Neste contexto, considerando o viés descritivo da pesquisa, os dados coletados foram avaliados, tratados, processados e apresentado qualitativamente os resultados.

4. RESULTADOS

Esta secção apresenta a compilação dos dados e os resultados alcançados segundo os objetivos específicos.

4.1. Informações Sobre os Alunos. Análise Documental Trechos do Questionário INEP

Embora o objeto deste estudo seja a interação escola e família, cabe apresentar algumas informações sobre os alunos para fazer algumas considerações importantes e ajudar a compreender as dificuldades dos alunos e da família para manter-se na escola.

Os dados apresentados a seguir constitui parte integrante do questionário do IDEB ano 2021 e são informações dadas pelos gestores e pelos alunos quando da avaliação externa.

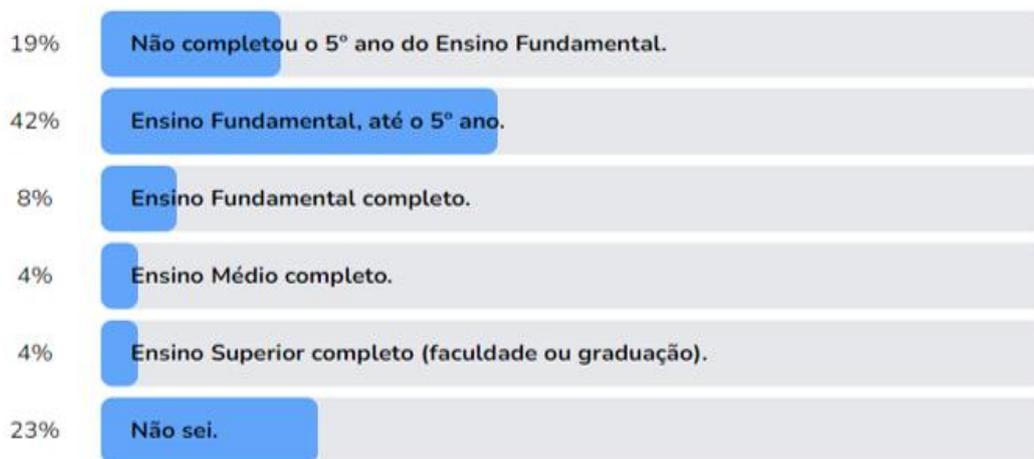
Ao analisar o grau de escolaridade da mãe ou mulher responsável pelo aluno verificou-se que 19% não completaram o 5º ano do ensino fundamental, 42% estudaram somente até 5º ano, 8% têm o ensino fundamental completo, e 4% têm o ensino médio completo e apenas 4% têm grau superior conforme apresentado na figura 15.

Observa-se por meio desses dados uma baixa escolaridade daqueles que podem dar apoio ao ensino da criança. Isto nos leva a refletir que “a educação rural brasileira foi estruturada, historicamente, a partir de políticas e propostas compensatórias, seguindo uma perspectiva urbana centrada que promoveu a subordinação do homem do campo ao capital” (Buainain & Garcia, 2016, p.1).

Figura 15

Grau de escolaridade da mãe ou mulher responsável pelos alunos

Qual é a maior escolaridade da sua mãe (ou mulher responsável sobre você?)



Fonte: <https://novo.qedu.org.br/escola/11044306-emef-jose-americo-de-almeida/questionarios-saeb/alunos-5ano>

Ao analisar o grau de escolaridade da mãe ou mulher responsável pelo aluno verificou-se que 19% não completaram o 5º ano do ensino fundamental, 42% estudaram somente até 5º ano, 8% têm o ensino fundamental completo, e 4% têm o ensino médio completo e apenas 4% têm grau superior conforme apresentado na figura 15.

Observa-se por meio desses dados uma baixa escolaridade daqueles que podem dar apoio ao ensino da criança. Isto nos leva a refletir que “a educação rural brasileira foi estruturada, historicamente, a partir de políticas e propostas compensatórias, seguindo uma perspectiva urbana centrada que promoveu a subordinação do homem do campo ao capital” (Buainain, 2016, p.1).

A vida do campo tem seu tempo, suas características, seus costumes e particularidades que devem ser considerados na hora de desenvolver os programas e projetos escolares. Para Molina e Fernandes (2005):

Esta visão do campo como um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades de relação dos seres humanos com a produção das condições de existência social confere à Educação do Campo o papel de fomentar reflexões que acumulem força e espaço no sentido de contribuir na desconstrução do imaginário coletivo sobre a visão hierárquica que há entre campo e cidade; sobre a visão tradicional do jeca tatu, do campo como lugar do atraso. A Educação do Campo e dissociar-se da reflexão sobre um novo modelo de desenvolvimento e o papel para o campo nele. (Fernandes & Molina, 2005, p. 68)

Um costume na vida do campo é a cultura da mulher cuidar da casa, dos filhos e ajudar o esposo na criação dos animais e da lavoura, não restando tempo para cuidar da sua própria educação e da educação dos filhos. Por não ter escolaridade, tem dificuldades em ajudá-los nas tarefas de casa e estes sem reforço, acaba tendo baixo rendimento, provocando a perda de interesse na escola.

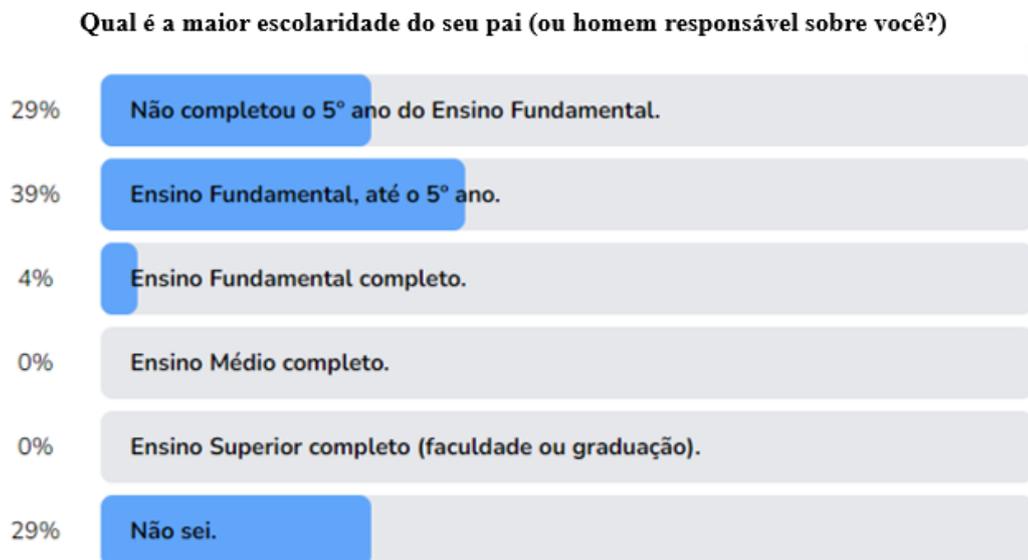
Dado importante é que os pais com baixa escolaridade ficam receosos de visitar a escola e buscar informações sobre a aprendizagem dos seus filhos. (Siqueira et al. 2021)

Quanto aos pais, ou homem responsável pelo aluno, o nível de escolaridade é mais crítico que o das mulheres, conforme demonstrado na figura 16.

Verifica-se na figura 16 que 29% dos pais ou responsável não completaram o ensino fundamental, 39% estudaram até o 5º ano e 4% concluíram o ensino fundamental. Não houve registro para o ensino médio e ensino superior. Esses índices reforçam a visão de que para o homem da zona rural o estudo não é prioridade, logo, os jovens iniciam sua vida de adulto ainda cedo, assim que completam 18 anos, constitui família, abandona os estudos e vão trabalhar na lavoura, onde o retorno do investimento do tempo dedicado a plantação dá um retorno mais rápido do que a educação escolar.

Figura 16

Grau de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos alunos



Fonte: <https://novo.qedu.org.br/escola/11044306-emef-jose-americo-de-almeida/questionarios-saeb/alunos-5ano>

Segundo dados do IPEA (2021 p.32), em 2001, a escolaridade média da população acima dos dez anos ou mais que vivia na zona rural (3,35) equivalia a quase metade da escolaridade da população urbana, de 6,51 anos. Em 2015, o diferencial apresentou redução, porém ainda é substantiva a disparidade entre o rural, 5,28 anos, e urbana, 8,26 anos.

Para estes jovens, a escola com sua cultura não faz sentido e não agrega muito ao seu trabalho. Fica clara a necessidade de uma educação voltada para a vida no campo. Neste viés, Fernandes e Molina (2005), nos esclarece que a educação do campo é parte deste processo para continuarem existindo enquanto camponeses, e garantir a sua reprodução social a partir do trabalho na terra.

A busca por uma educação libertadora vem na perspectiva de que o conhecimento científico seja uma estratégia de resistência dos camponeses para manter seu modo de vida, seus saberes, sua existência social a partir do trabalho na terra (Fernandes & Molina, 2005).

Neste sentido, Caldart (2004, p. 20) afirma que “[...] a leitura dos processos produtivos e dos processos culturais formadores (ou deformadores) dos sujeitos do campo é tarefa fundamental da construção do projeto político e pedagógico.” Nesta vertente, Farias e Lopes (2021) nos explica que.

Tal questão se delinea no documento como um aspecto essencial para que os jovens no ambiente escolar se sintam reconhecidos enquanto sujeitos de cultura de valor, superando processos educativos descontextualizados e que, muitas vezes, reafirmam a desvalorização da cultura atrelada ao rural. (p.5)

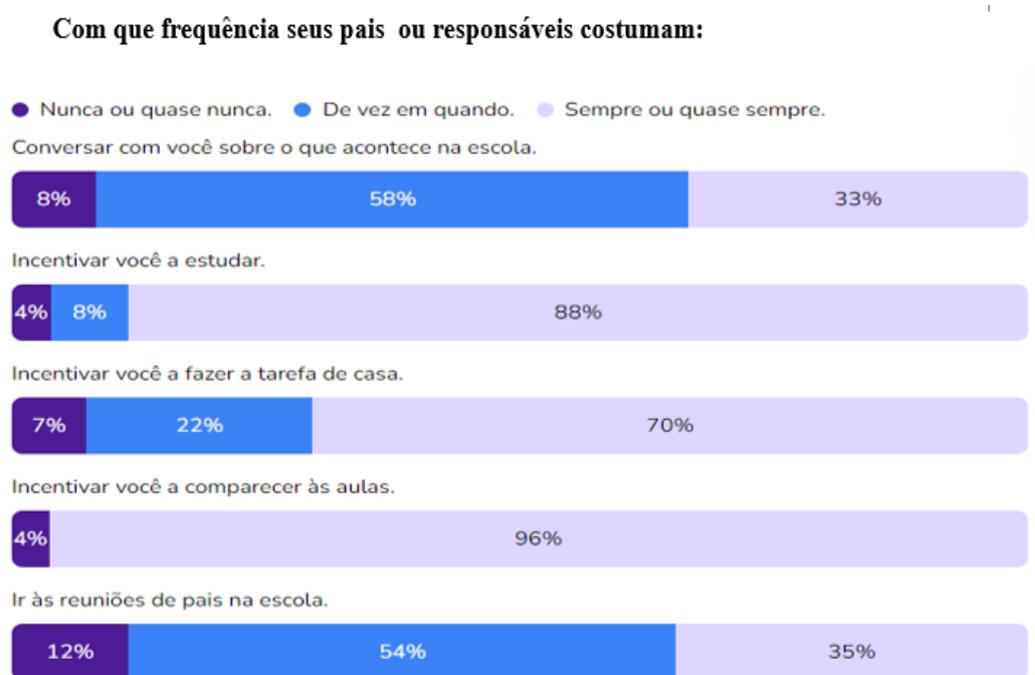
Vê-se que embora haja programas de incentivo do ensino no campo e políticas públicas, a exemplo da Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA, que destacam a necessidade de as escolas acatarem as particularidades culturais e comunitárias dos territórios rurais, na prática muito pouco têm se avançado. Contudo, a família ainda incentiva seus filhos a frequentarem a escola conforme figura 17.

Observando a figura 17 verifica-se que 58% dos responsáveis conversam de vez em quando com seus filhos sobre a escola. Esse percentual coaduna com o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis, refletindo na ausência de diálogo sobre a escola. 33% responderam que sempre ou quase sempre e 8% disseram nunca conversar.

Verifica-se também que 88% incentivam a estudar, 96% incentivam a comparecer a escola e 70% incentivam a fazer as tarefas. Esses percentuais atestam que os pais ou responsáveis incentivam os filhos no que se refere a escola, mesmo que 54% não compareça as reuniões da escola.

Figura 17

Incentivo de os pais para os filhos irem à escola



Fonte: <https://novo.qedu.org.br/escola/11044306-emef-jose-americo-de-almeida/questionários-saeb/alunos-5ano>

De acordo com o site Delta (2018):

Quando vão à escola, os pais estão, ao mesmo tempo, mostrando para seu filho a importância que dão a ela. Assim, ele percebe o encantamento e o respeito dos pais pelo ambiente escolar, e se sente acolhido e valorizado. E, conseqüentemente, ele também passa a valorizar mais a escola. (p.1).

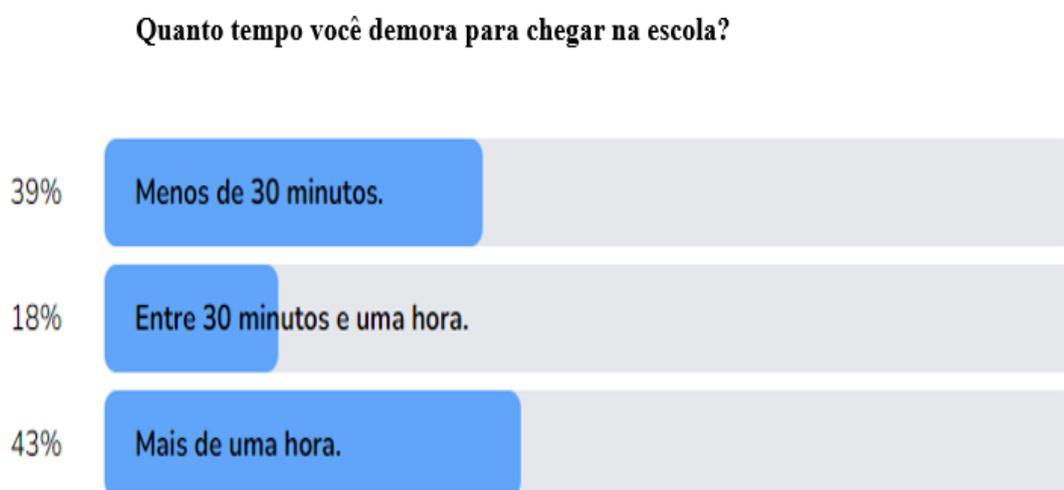
Sendo assim, percebe-se que os pais ou responsáveis mandam os filhos para a escola, mas não acompanham de perto seu desenvolvimento e isso pode ocorrer por razões diversas que vai desde a falta de escolaridade, passando pela desconexão entre o estudo e a vida cotidiana do aluno, até a distância da casa para a escola.

Para Redding (2002, p.8):

a rotina familiar, as interações diárias entre pais e filhos, os hobbies e as atividades recreativas de que a família desfruta, todo isto potencia a predisposição das crianças para a aprendizagem escolar. Quando as crianças de famílias com baixos recursos econômicos realizam atividades com os seus pais durante o fim-de-semana, jantam em família e se envolvem nos hobbies familiares, compensam algumas das limitações que, de outro modo, poderiam experimentar.

Figura 18

Tempo gasto para chegar à escola



No quesito tempo gasto para chegar à escola, verificou-se que 43% dos alunos gastam mais de 1 hora, 18% gastam entre 30 minutos e 1 hora e 39% levam menos de 30 minutos para chegar à escola. Ver figura 18.

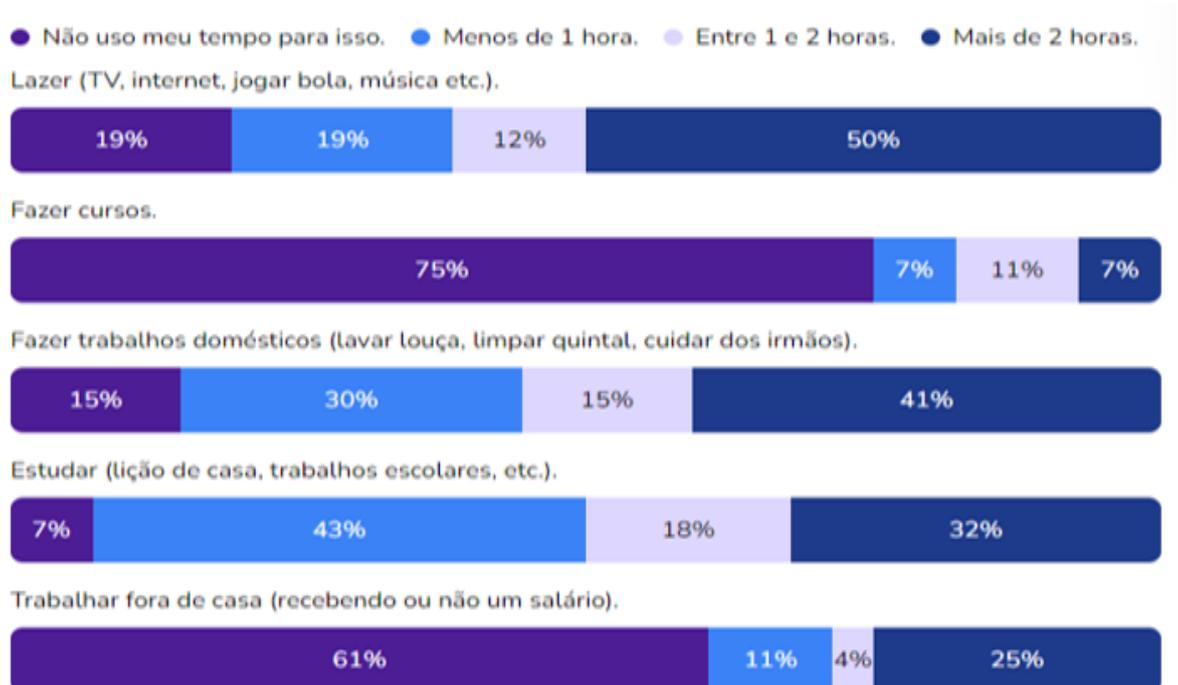
Vale considerar as condições da viagem nos aspectos da qualidade do veículo de transporte, das condições das estradas, do horário de início da viagem, da estação do ano e de como está o tempo. Todas essas variáveis influenciam no tempo de viagem e no esforço físico dos alunos para chegarem à escola e no retorno para casa.

Foi analisada também a questão das atividades realizadas após as aulas conforme demonstrado na figura 19.

Figura 19

Tarefas realizadas após a aula

Fora da escola em dias de aula, quanto tempo você usa para:



Fonte: <https://novo.qedu.org.br/escola/11044306-emef-jose-americo-de-almeida/questionarios-saeb/alunos-5ano>

Assim, ao analisar o que os alunos faziam quando estavam em casa, eles responderam da seguinte forma: 50% gastavam mais de 2 horas com atividades de lazer, 12% gastavam entre 1 e 2 horas, 19% gastavam menos de 1 hora e 19% não usavam o tempo para isso. Com relação a fazer cursos, 75% disseram não gastar tempo com isso, 11% gastavam entre 1 e 2 horas e os demais 7%. Quanto as tarefas domesticas, 41% gastam mais de 2 horas, 15% gastam de 1 e 2 horas, 30% disseram gastar menos de 1 hora e 15% disseram não gastar tempo com isso.

No que tange a estudar, 7% disseram não fazer isso, 43% disseram gastar menos de uma hora, 18% gastam entre 1 e 2 horas e 32% alegou gastar mais de 2 horas. Quanto a trabalhar fora de casa, 61% disseram que não gasta tempo com isso, 11% disseram que gasta menos de 1 hora, 1% gasta entre 1 e 2 horas e 25% gastam mais de 2 horas. Ver figura 19

Para Walberg & Paik (2000, p.6):

O ambiente familiar influencia poderosamente a aprendizagem que as crianças e os jovens fazem dentro e fora da escola. Este ambiente familiar é muito mais poderoso do que o rendimento económico e o nível de instrução dos pais na influência daquilo que as crianças aprendem nos primeiros seis anos de vida e durante os doze anos de escolaridade (do 1º ao 12º ano de escolaridade). Uma das principais razões por que a influência é tão forte é que, desde a infância até aos 18 anos, as crianças passam cerca de 90% do tempo fora da escola sob a influência dos pais.

Ao investigar as contribuições dos trabalhos/ atividades enviadas para casa, Redding (2002, p.13) nos diz que:

Os trabalhos de casa (TPC), utilizados adequadamente pelos professores, produzem um efeito sobre a aprendizagem três vezes superior ao do estatuto socioeconômico

familiar. São eficazes tanto para que o aluno domine factos e conceitos, como para que desenvolva o pensamento crítico, atitudes e hábitos produtivos. Os trabalhos de casa têm efeitos compensatórios sobre os alunos com dificuldades que podem, incrementando o tempo de estudo em casa, conseguir classificações iguais aos alunos que têm maiores capacidades de aprendizagem.

Desta feita, observa-se que 50% dos alunos reservem 1 hora para estudar e a outra metade usa seu tempo para atividades diversas. Esse tempo seria mais bem aproveitado se fosse incluído as atividades de casa como reforço escolar.

Continuando com Redding (2002) ele adverte que quando a família fixa um tempo diário de estudo para as crianças e não lhes permite que apenas estudem quando os professores o indicam que o façam, as crianças aprendem que o estudo é valorizado pela família. Estudar e aprender converte-se numa parte natural da vida familiar. As crianças têm melhor rendimento quando atuam dentro dos limites estabelecidos pela rotina familiar. Algumas atividades constituem pontos de referência obrigatória da vida familiar porque definem a distribuição do tempo que permitem às crianças realizar atividades consideradas de alta prioridade, tais como estudar, ler e falar com os membros da família. Manter um horário diário fixo todos os dias para comer, dormir, estudar e ler estabelecerá um ritmo produtivo e saudável na vida das crianças.

O autor alerta para a importância de ter uma rotina de estudo, criando um espaço propício e favorável para a aprendizagem.

4.2. Dados Sociodemográficos Entrevista Com Gestores e Professor

Neste estudo os participantes são três do gênero masculino e 2 do gênero feminino. Todos são graduados em pedagogia com especialização na área de educação. Com relação ao tempo de serviço, 4 estão trabalhando na educação há mais de 15 anos e 1 está com 5 anos. Quanto ao vínculo de emprego, 4 são concursados efetivos e 1 contratado por tempo determinado.

4.3 Família e a Corresponsabilidade Pela Aprendizagem dos Filhos

A educação das crianças é uma tarefa partilhada com as famílias e determinada nas leis brasileiras, a exemplo da Lei 9394/96, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Esta lei coloca como direito da criança e dever dos pais e responsáveis, a educação de seus filhos pelo poder público e reza em seus artigos:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

Art. 6º. “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental”. (Brasil, 1996).

Outro avanço na proteção dos direitos da criança ocorreu com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio da Lei nº 8069/90 que coaduna com a LDB e reforça a responsabilidade dos pais ou responsável para realizar a matrícula da criança na escola. Reza o Art. 55: “Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (Brasil. ECA. 1990).

Os estudos de Walberg & Paik (2000, p. 7) apontaram que “os esforços de cooperação entre pais e educadores ou professores para modificar estas condições escolares alteráveis no lar têm efeitos benéficos e poderosos na aprendizagem. Em 29 estudos com grupos de controle, 91% das comparações foram favoráveis às crianças que tinham participado nos programas de apoio familiar em relação àquelas que não participaram (grupos de controle)”.

Os autores constataram que as crianças que são acompanhadas pelos pais responde positivamente a realização das atividades escolares. Neste contexto ao perguntar como a escola se comunicava com as famílias, os respondentes alegaram utilizar o celular ou quando os pais vêm para as reuniões.

Os alunos têm um melhor desempenho acadêmico quando pais e professores compreendem as suas expectativas e se mantêm em contacto para falar sobre hábitos de aprendizagem, atitudes perante a escola, interações sociais e sobre o seu progresso acadêmico. A escola, através da sua direção e do seu projeto educativo, pode criar uma atmosfera que conduza à comunicação e proporcione oportunidades para que ela ocorra. (Redding, 2002, p.15).

Quanto ao acesso, os respondentes disseram atender os pais sempre que são procurados por estes, não sendo necessário um agendamento prévio. Percebe-se assim que

existe uma disponibilidade da gestão e dos professores para atender o corpo discente e seus familiares. Da mesma forma, no que se refere a frequência com que os pais são chamados na escola para obter informações sobre o comportamento do aluno, os respondentes alegaram que essa convocação é realizada sempre que necessário, não tendo uma data ou período estabelecido e que muitas reuniões presenciais foram substituídas pelas mensagens de whats app.

Redding (2002, p.15) defende que “a comunicação entre a escola” e a família é mais efetiva quando flui em ambas as direções, e as escolas deveriam estabelecer a distinção entre esforços que se realizam para informar os pais e os esforços que se fazem para permitir a ocorrência de oportunidades de comunicação com os pais.

Neste contexto ao perguntar como a escola se comunicava com as famílias, os respondentes alegaram utilizar o celular ou quando os pais vêm para as reuniões. Quanto ao acesso, os respondentes disseram atender os pais sempre que são procurados por estes, não sendo necessário um agendamento prévio. Percebe-se assim que existe uma disponibilidade da gestão e dos professores para atender o corpo discente e seus familiares. Da mesma forma, no que se referem à frequência com que os pais são chamados na escola para obter informações sobre o comportamento do aluno, os respondentes alegaram que essa convocação é realizada sempre que necessário, não tendo uma data ou período estabelecido e que muitas reuniões presenciais foram substituídas pelas mensagens de whats app.

Do mesmo modo, ao perguntar de que forma a família buscava informação sobre seus filhos, os respondentes disseram que era por via celular e rede social ou indo na escola. Já no que se refere às informações do progresso dos alunos, principalmente aos

resultados das avaliações externas os respondentes informaram que costumam informar esses resultados nas reuniões bimestrais.

Observa-se que existe uma ligação da escola com as famílias, porém é uma relação passiva, onde a escola quando precisa, procura a família e essa por sua vez quando precisa vai procurar a escola. Contudo, a responsabilidade da família na educação dos filhos vai, além disso. As leis tratam também do envolvimento da escola com a comunidade e especificam em seus textos objetivos e metas a ser alcançado, a exemplo da Lei nº 10.172/01 do Plano Nacional de Educação que postula como meta “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes” (Brasil, 2001).

Na mesma linha, a LDB (1996) também determina um maior envolvimento das famílias nas atividades escolares e na educação dos filhos, como reza:

Art. 12: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (Brasil, 1996)

Dessa forma, ainda que haja determinações das leis brasileiras quanto à participação dos pais na vida escolar, observa-se que essa integração ocorre de forma lenta e passiva. A família fica esperando que a escola convide, marque ou convoque uma reunião para atualizar a família da situação da criança.

4.4. Escola e as Estratégias de Envolvimento da Família na Aprendizagem dos Alunos

Para Brambatti (2010, p. 6), a escola é uma “instituição social que se caracteriza como um local de trabalho coletivo voltado para a formação das jovens gerações, diferente de outras tantas instituições sociais, constata-se que a escola é responsável pela educação escolar, é um espaço destinado ao trabalho pedagógico formal, ao entendimento de regras, à formação de valores éticos, morais e afetivos, ao exercício da cidadania”. Sendo assim, deve trabalhar em parceria com a família para que o aluno tenha uma educação integral.

Neste viés, Ariès (1978 citado por Szymaznki, 2011) ressalta que: “como instituição social, a família sempre esteve inserida na rede de inter-relações com outras instituições, em especial com a escola. No momento histórico em que a unidade escolar assumiu a educação formal surge a preocupação com o acompanhamento mais próximo dos pais junto a seus filhos” (p.21).

Desse modo, ao perguntar quais as estratégias que a escola realiza para se aproximar da família e torná-la participativa na vida dos filhos/alunos, os entrevistados responderam que costumam fazer reuniões, palestras, comemorações de datas festivas e convidam a comunidade para participar das decisões da escola, contudo, alegaram que a adesão é baixa, com exceção das festas dia das mães, São João, dia da criança e natal. Nos demais eventos, a presença é muito pequena, eles aparecem em minoria nas reuniões bimestrais ou quando são convocados individualmente para tratar de um assunto específico do filho.

Entretanto, os entrevistados justificaram que a maioria dos familiares, mais de 50% residem a mais de 1 hora de distância da escola e o meio de transporte principal é o ônibus escolar, logo, a distância já se torna um elemento dificultador da presença dos pais na escola. Outro agravante é a percepção que os pais têm quanto a educação dos filhos. Muitos vêm a

escola e o ensino formal como algo desnecessário para a vida do campo em que vivem. Os pais não conseguem enxergar como a educação do filho pode ser utilizada no seu cotidiano e assim, pouco incentivam os filhos a frequentarem a escola. Por outro lado, um pai justificou que o que ele ganhava na lavoura era um salário superior ao que o professor recebia na escola. Na visão desse pai, para que buscar ter cultura, conhecimento, se isso não ia aumentar seu saldo bancário?

Figura 20

Ações para promover a participação dos pais na escola

Que ações a escola realiza para promover a participação dos pais na aprendizagem do aluno?
<i>Datas comemorativas como Dia das Mães, dos pais e festa junina.</i>
<i>Os pais são a base do aprendizado dos alunos</i>
<i>São realizadas reuniões de conscientização da necessidade de participação dos pais e ou responsáveis da vida escolar dos alunos, e aqueles alunos que têm dificuldades de aprendizagem é realizada reuniões específica para a inserção na Recuperação Paralela/Reforço Escolar.</i>
<i>Sim.</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se na fala do entrevistado, ao citar o depoimento do pai do aluno que o ensino na área rural é desconectado do cotidiano dos alunos e assim perde o significado e o rendimento acaba sendo baixo. Entretanto, a Lei nº9.394/1996 já tratava desse assunto em seu artigo 28 que reza:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Brasil, 1996, p.16)

A despeito do que diz a lei e do depoimento dos respondentes há uma distância gigantesca entre o que diz a lei e o que as escolas rurais praticam. Nota-se que são escolas urbanas localizadas na área rural e assim, toda sua estrutura e planejamento estão vinculados ao modelo da escola urbana (Caldart, 2004).

Os entrevistados alegaram que fazem acolhimento com atividades motivadoras para despertar o interesse dos alunos, mas surtem poucos resultados visto que os alunos já chegam na escola cansados do traslado casa x escola. Explicaram os respondentes que os alunos acordam de madrugada e chegam a viajar por 1 hora e 30 minutos em estrada de barro (não pavimentada), esburacada para chegar na escola e quando chegam já estão esgotados pela viagem. Contam também que em época de chuvas o ônibus atola e os alunos ficam na estrada aguardando serem resgatados por outro veículo.

Diante das dificuldades de acesso, os respondentes alegaram que as maiorias das comunicações são realizadas via telefone e pode ser feita a qualquer momento, desde que haja necessidade, assim, pais e escola se comunicam para tratar dos assuntos relacionados à vida escolar dos filhos.

Estreitar o relacionamento escola e família é objetivo das escolas que ficaram com a incumbência de acompanhar a frequência dos alunos e participar aos órgãos competentes a lista dos alunos faltosos, conforme determina o Art.56 da ECA. “Art. 56 Os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III – elevados níveis de repetência” (Brasil, ECA, 1990).

Dessa forma, a escola informa ao Conselho Tutelar e/ou Ministério público a relação dos estudantes que têm falta superior a 50% do permitido na lei educacional. Essa medida visa manter a criança na escola, evitando assim a evasão escolar. Essa obrigatoriedade está atrelada aos benefícios sociais e manter a criança na escola traz vantagens financeiras para as famílias, logo o interesse maior não se reflete na educação, mas os benefícios sociais que a criança possibilita.

Contudo, os respondentes alegam que é vigilante no tocante a ausência do aluno, que ligam e buscam informações dos motivos da ausência. Esse contato contínuo ocorre em função da gestão democrática implantada na escola, onde a comunidade participa das decisões e dos projetos escolares, não se limitando apenas as reuniões bimestrais para informativo do progresso do aluno ou nas reuniões individuais para tratar de assuntos de comportamento ou outros casos. Os respondentes afirmaram que estão disponíveis para dialogar com os pais e trocar ideias para manter a harmonia e o melhor desenvolvimento dos alunos.

4.5. Parceria Escola Versus Família: possíveis resultados dos alunos

A harmonia entre escola e família é primordial para a escola pesquisada e segundo os entrevistados, no projeto político pedagógico constam ações direcionadas para o estabelecimento e manutenção dessa harmonia. Dessa forma, quando perguntados como eles percebiam a participação da família na vida do aluno, os respondentes deram as respostas apresentadas na figura 14.

Observa-se na figura a existência de uma falta de consenso nas respostas com relação à participação da família. Para os gestores, a participação é boa, e os pais são comprometidos com a aprendizagem dos filhos, já para o orientador e supervisor, participar das reuniões não é suficiente para participar da vida da criança.

Estes alegam que vir a escola quando convidado não é o bastante. A escola está aberta, então a família pode vir sempre saber do ensino / estudo dos filhos, sem necessariamente aguardar uma convocação.

Figura 21

Percepção da presença da família na vida do estudante

Como você percebe a participação da família na vida escolar do filho?
<i>Os pais participam das reuniões, mas em relação acompanhamentos com os filhos são insuficientes.</i>
<i>Muito fraca os pais não precisa ser convocado para vim a escola</i>
<i>Excelente, pois há uma participação na vida escolar dos alunos, são comprometidos com o ensino/aprendizagem dos filhos.</i>
<i>Quando é obediente, bem arrumado, e faz as tarefas de casa. etc.</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Já para o professor, está relacionado a obediência /comportamento, a aparência e a resolução das tarefas de casa.

Segundo Oliveira, Marinho-Araújo, 2010, “no relato de muitos professores há a afirmação de que, apesar de abrirem as portas da escola à participação dos pais, esses são desinteressados em relação à educação dos filhos, na medida em que atribuem à escola toda a responsabilidade pela educação” (p.103). Marques (1999, p.15) complementa dizendo que a atitudes dos professores "visa, apenas, culpar a vítima e é uma visão pessimista das relações escola / pais a partir da qual não se consegue dar passos positivos para ultrapassar os obstáculos à relação família-escola"

Vê-se que, primeiro a escola precisa definir o que espera da família, entrar em consenso para que todos os envolvidos tenham a mesma fala e em seguida informar a família, deixando claro o que se espera dela com relação ao acompanhamento do filho. .

Neste viés, Caetano (2004) argumenta que a construção da parceria entre escola e família é uma responsabilidade inicial dos professores, pois estes são as peças principais no processo de aprendizagem.

Corroborando com Caetano, Walberg & Paik (2000) postulam que “uma das principais razões por que a influência é tão forte é que, desde a infância até aos 18 anos, as crianças passam cerca de 90% do tempo fora da escola sob a influência dos pais. [...] Os esforços de cooperação entre pais e educadores ou professores para modificar estas condições escolares alteráveis no lar têm efeitos benéficos e poderosos na aprendizagem.”(p.7)

Para a escola estudada, uma alternativa é seguir as instruções do PPP, que segundo já foi dito, trata do relacionamento escola e família já que pelo exposto, os respondentes estão olhando em direções diferentes, se distanciando do alvo.

Observa-se nas respostas dos entrevistados que há uma generalização na superficialidade das respostas a questão solicitada. Alegam que os pais devem ser presença na escola, mas não julgam a qualidade dessa presença, nem considera a perspectiva da família.

Com relação aos benefícios e/ou resultados que a participação da família pode trazer para a vida do aluno, os entrevistados disseram que a família é a base do desenvolvimento da criança e quando ela se preocupa e se envolve, o aluno tem mais interesse nos estudos.

No dizer de De Souza (2022, p.8):

Os objetivos da escola são mais concretos e reais, pois uns querem aprender a ler, escrever e calcular, outros buscam aperfeiçoar, aprofundar e ampliar seus conhecimentos [...] é ensinando a ler, escrever, calcular, falar, e transmitindo conhecimentos básicos do mundo físico e social, que a educação escolar poderá ser útil às camadas populares.

Figura 22

Visão dos gestores e professor quanto a participação da família na escola

De que forma você acha que a família deve participar da vida escolar do filho?
<i>Exigindo, cobrando e motivando.</i>
<i>Bem presente na escola</i>
<i>De forma assídua e contínua.</i>
<i>Tem que ser presente na escola e acompanhar a vida escolar do aluno.</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação aos benefícios e/ou resultados que a participação da família pode trazer para a vida do aluno, os entrevistados disseram que a família é à base do desenvolvimento da criança e quando ela se preocupa e se envolve, o aluno tem mais interesse nos estudos.

No dizer de De Souza (2022, p.8):

Os objetivos da escola são mais concretos e reais, pois uns querem aprender a ler, escrever e calcular, outros buscam aperfeiçoar, aprofundar e ampliar seus conhecimentos [...] é ensinando a ler, escrever, calcular, falar, e transmitindo conhecimentos básicos do mundo físico e social, que a educação escolar poderá ser útil às camadas populares.

Percebe-se que no contexto atual as famílias passam por uma transformação quanto a sua constituição e quanto aos papéis. Muitos lares são chefiados por mulheres solo que cuidam de seus filhos e tenta suprir todas as necessidades. Mulheres que muitas vezes não foram a escola ou que tiveram sua vida escolar suspensa para cuidar da família. Em outros casos têm-se os pais que também tiveram que abandonar a escola por razões diversas e estão na luta por sobrevivência.

Para Amaro (2014, p. 5):

O estudo das várias dimensões das famílias deve ser feito numa perspectiva dinâmica, mostrando que a família é uma instituição em permanente evolução e que a sua estrutura, as suas funções e as relações que se estabelecem entre os seus membros sofrem modificações ao longo do tempo.

Figura 23

Benefícios da participação família na escola

Que benefícios a participação da família na escola pode trazer para a vida do aluno?

Melhor desempenho nas atividades escolares.
Toda a família é a base
A participação da família na vida do aluno é de grande valia, pois quando a família está preocupada com o desenvolvimento o aluno tem mais interesse nos estudos.
Melhoras na aprendizagem do aluno.

Fonte: Dados da pesquisa

É papel de a escola ter um olhar diferenciado e individual para cada família, a fim de conhecer e entender a história de cada uma e o quanto ela está se esforçando para cuidar e participar da vida escolar do seus filhos.

Ao analisar o tripé escola, pais e alunos, Redding (2002) argumenta que

Um vínculo emocional consistente entre pais e filhos, evidenciado de modo explícito através de demonstrações de afeto, proporciona à criança uma maior bagagem psicológica para enfrentar situações de tensão e mudanças da vida fora do ambiente familiar, especialmente na escola. O afeto é também um lubrificante social para a família, consolidando relações e ajudando a criança a desenvolver atitudes positivas relativamente à escola e à aprendizagem. O jogo de descobrir acontecimentos, de confrontar diferentes opiniões e a emoção que produz a nova informação, abre as portas aos alunos para a atividade intelectual. (p.8)

A escola precisa perder sua visão generalista de que a família não acompanha a vida escolar da criança e sair dessa condição de julgadora dessa relação.

Carvalho e Saraiva (2022, p. 3) nos alerta ao dizer que:

É necessário entender que o fato de uma criança manifestar desinteresse em realizar as atividades propostas em sala, ou não traz as tarefas de casa realizadas, não representa uma responsabilidade só dela, cabendo aqui uma investigação por parte do (a) professora (a), pois as dificuldades podem ser encontradas não somente no seu lar (os pais trabalham o dia inteiro, a rotina dessa criança, o fator vulnerabilidade econômica, que acaba levando essa criança a ajudar os pais, ou precisa ficar na casa de alguém enquanto os pais trabalham etc.), como também na própria sala de aula.

É consenso que a harmonia entre escola e pais contribui para o desenvolvimento do aluno. Assim, ele tem a chance de se educar e se beneficiar com a educação recebida no seio da família e com a educação da escola resultando em melhorias no rendimento escolar, no desenvolvimento cognitivo e ampliação do convívio social. Se a escola entende seu papel e o relaciona com sua prática, faz necessário conhecer a opinião das famílias no que pode ser melhorado para criar as condições de um ensino mais favorável para os alunos. O diálogo aberto e a troca de informações possibilitarão minimizar as dificuldades de aprendizagem.

5. CONCLUSÃO

Ao propor analisar o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola José Américo de Almeida, constata-se que é tarefa fundamental tanto da escola como da família o trabalho de transformar a criança em um cidadão de bem com valores arraigados na sua identidade e no seu papel social. Capaz de atuar de forma crítica e de interagir no ambiente em que vive. Nessa lógica, família e escola devem juntar suas forças e estreitar os laços em prol da educação de qualidade e do fortalecimento do ensino aprendizagem. A família é o primeiro ambiente na qual a criança aprende, se educa e desenvolve os comportamentos sociais. Ao chegar à escola a criança já tem conhecimento adquirido e a escola deve considerar essa base familiar.

Sendo assim, com relação ao objetivo de verificar corresponsabilidade dos pais pela aprendizagem dos filhos, constatou-se que os pais participam da vida do filho dentro das suas possibilidades o que nem sempre é o suficiente para os professores, que esperam mais dos pais. O modo de vida e as novas demandas sociais têm exigido dos pais uma atenção maior impedindo que estes participem mais de perto da vida escolar dos filhos. Outro agravante são os níveis de escolaridade dos pais que não acompanham a evolução da aprendizagem dos filhos impossibilitando um apoio mais efetivo. Essas variáveis impactam diretamente na participação das famílias e na aprendizagem dos filhos.

Por outro lado, a escola não é clara quando direciona as atribuições para os pais. Estes ficam em uma atitude passiva, aguardando as instruções da escola que acionam os pais quando lhe é conveniente. Falta um diálogo aberto, claro onde seja posto na mesa os anseios de cada parte e juntos possam encontrar um caminho satisfatório para ambos. O sucesso da escola perpassa pelo apoio e colaboração da família. Sendo assim, é preciso que ambos,

família e escola tenham em mente que a parceria é a única saída viável para o desenvolvimento da criança.

Com relação às estratégias desenvolvidas pela escola para favorecer a participação da família no processo de ensino aprendizagem do aluno notou-se que segue uma linha de datas comemorativas rotineiras, adotada por todas as escolas brasileiras, mas, muito pouco, algo específico que atenda a necessidade dos alunos em estudo e seus familiares, Salvo reuniões ou palestra. A escola não direciona os pais para dar o suporte que ela precisa dá e que a escola espera. É preciso ensinar aos pais, assim como se ensinam aos filhos para que estes aprendam e entendam como o ensino é realizado na atualidade e se desprender das velhas práticas.

A escola (na fala de seus gestores e professores) diz que a família precisa participar da interação com a escola, mas não define de como deve ser feito essa interação e os muros invisíveis continuam fazendo a separação e deixando cada instituição no seu campo de atuação. A gestão democrática que tanto se falam ainda está distante de acontecer na sua plenitude.

Apesar dos respondentes terem dito que convida e as famílias participam dos projetos, nenhum projeto foi citado ou dado como exemplo. A escola segue usando as datas comemorativas como um momento de aproximação com as famílias, mas quando isso acontece, as famílias se limitam a assistir os espetáculos que lhe são apresentados, sem ter tido a oportunidade de opinar, de escolher ou de participar e contribuir de alguma forma. Torna-se apenas e tão somente uma espectadora.

Outro fato não foi mencionado a dificuldade dos alunos e famílias em acessar a escola por conta da distância em que vivem. Neste sentido, unir-se escola e família e analisar

as possibilidades da educação baseada no método de alternância poderia trazer benefícios para ambas às artes. Pensar juntos uma solução viável para um problema real e constante despertaria compromisso. A escola rural não pode ser gerenciada como uma escola urbana. É outros parâmetros, outra realidade, outros objetivos. Insistir em levar a escola urbana para a zona rural é condenar ao fracasso centenas de jovens que não enxerga significado no que está estudando. Tal distanciamento do que se estuda com o que se vive resulta em uma evasão escolar.

Por fim, ao pensar nos resultados trazidos pela interação da família com a escola para o ensino e aprendizagem das crianças, verificou-se que a presença da família altera todo o comportamento do estudante sendo visível na maneira de vestir-se, se comportar, no comprometimento com a frequência e na pontualidade com a resolução das tarefas. Mão não se limita a isso. A criança que é assistida em casa é mais confiante, mais participativa tem mais aptidão para os estudos. A família é o primeiro espaço de convivência onde a educação ocorre e se seus membros demonstram a importância da escola, dos estudos para a formação integral da criança estará ajudando na aprendizagem deles. O aluno quando acompanhado por seu pais olham para a escola com outro olhar, um olhar mais consciente de que a escola é um degrau que os leva para a formação de um adulto crítico e atuante no seu meio social.

Conclui-se então ser necessário entender que as famílias, assim como a escola tem as suas dificuldades e nem sempre pode atender a escola na hora que é convocada, contudo isso não implica em desinteresse pela vida escolar do filho. Foi visto que os pais incentivam a frequência, incentiva a estudar e participam das reuniões quando solicitados e quando podem, já que muitos têm suas próprias dificuldades e suas histórias de vida que impossibilitam um acompanhamento melhor, a exemplo do grau de escolaridade ser muito baixo, conforme já analisado anteriormente.

Vale ressaltar que muitos são os estudos que analisam a relação escola versus família, pelo olhar da escola e poucos estudos sobre a perspectiva da família. Diante disso, fica-se como sugestão, ampliar esse estudo para conhecer a percepção da família, quanto a relação com a escola.

5.1. Recomendações

A escola e a família formam um time e como time deve planejar as estratégias para vencer o jogo juntas. Neste viés é primordial ter os mesmos objetivos e buscar alcançá-los fazendo o que lhe cabe.

Como recomendações apresentaram algumas contribuições possíveis de serem realizadas pelas instituições competentes, a saber:

Estado

Criar políticas públicas específicas voltadas para o ensino na zona rural. Para tanto verificar o currículo, os materiais a serem usados a exemplo dos livros didáticos voltados para as questões rurais e formação de professores com linha de estudo com enfoque no campo.

Família

Conhecer a escola onde seu filho estuda para saber se os valores da escola coadunam com seus próprios valores. Conversar com seus filhos sobre o que está acontecendo na escola e sobre o que está sendo ensinado e apreendido. Acatar as normas e determinações da escola assim como participar dos eventos dos quais são convidados e participar das assembleias do conselho escolar. Dar suporte para que os filhos sejam capazes de resolver sozinho problemas sociais dentro da escola, conscientes de que dessa forma se prepararão para enfrentar os problemas da vida adulta e por último participar das reuniões com a escola, o recebimento dos resultados bimestrais e trocar experiências com os professores sobre avanços ou retrocessos da vida escolar dos filhos.

Apresentar uma proposta pedagógica para os pais e se esforçar para cumpri-la tal como foi apresentada. Permitir e criar condições para que os alunos se expressem com

segurança. Atender os pais quando procurados por eles e informar o seu desenvolvimento e desempenho do aluno. Abrir as portas da escola para os pais, fazendo com que eles se sintam à vontade para participar de atividades da escola e assim estreitar os laços entre as partes.

REFERÊNCIAS

- Alvarenga, E. M. (2014). *Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa*. Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos, 2.
- Almeida, A. M. de. (1987). Notas sobre a família no Brasil. In: Almeida, A. M. de; Carneiro, M. J.; Paula, S. G. de (Org.). (1987). *Pensando a família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987. p. 53-66.
- Althusser, L. (1987). *Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Amaro, F. (2014). *Sociologia da Família*. Lisboa: ISCSP. Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Andrade, L. B. P. de. (2010). *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Azeredo, C. T. de (2020). *O conceito de família: origem e evolução*. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1610/o+conceito+de+fam%C3%ADlia:+origem+e+evolu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25/04/2002
- Aranha, M. L. (2006). *História da educação*. São Paulo: Moderna.
- Andrade, L. B. P. de. (2010). *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Ariès, P. (2021). *História social da criança e da família*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.
- Azeredo, C. T. de (2020). *O conceito de família: origem e evolução*. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1610/o+conceito+de+fam%C3%ADlia:+origem+e+evolu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25/04/2002
- Barreto, Â. M. R. (1998). Situação atual da educação infantil no Brasil. In: Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de

instituições de educação infantil. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

Barreto, Â. M. R. (2003). A educação infantil no contexto das políticas públicas. Revista Brasileira de Educação – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, Campinas, SP: Autores Associados, n. 24, p. 53-65, set./out./nov./dez. 2003.

Bauer, M.; Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi – Petrópolis, RJ. Vozes.

Bencostta, M. L.; Braga, M. F. (2011). História e arquitetura escolar: a experiência dos regulamentos franceses e brasileiros para os edifícios escolares (1880-1910). Revista linhas. Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 51 – 72, jan. / jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2275>. Acesso em: 12/06/2022.

Brasil. (1827). *Lei de 15 de Outubro de 1827*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.html. Acesso em: 12/06/2022.

Brasil. *Constituição de 1934*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 13/06/2022.

Brasil. (1961). *Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm. Acesso em: 15/08/2022

Brasil (1971). *Lei 5692 de 11 de Agosto de 1971*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15/08/2022.++++

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 13/06/2022.
- Brasil (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília, Distrito Federal: Senado.
- Brasil (1996) *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15/08/2022.
- Brasil (2010). *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em: 12/06/2022.
- Brasil (2014). *Plano Nacional de Educação*. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 25/08/2022.
- Brambatti, F. F. A importância da família na educação de seus filhos com dificuldades de aprendizagem escolar sob a ótica da psicopedagogia. *Revista de Educação do Ideal*, v. 5, n. 10, p. 2-16, 2010.
- Bruschini, M. C. (2013). Pensando a família no Brasil: da Colônia a Modernidade. Resenha. *Cadernos de pesquisa*, (64), (67-68) Recuperado de <http://publicacoes,fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1187>.
- Buainain, A. M. & Garcia, J. R. (2016). O risco ambiental no século XXI. *Cadernos de Seguro*, 1, 27-31.
- Bujes, M. I. E. (2002) *A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação*. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wtprtVVdk4qGQ73F7TyQwTr/?lang=pt&format=pdf>

f. Acesso em: 30/04/2022.

Caetano, L. M. (2004). *Relação escola e família: uma proposta de parceria*. Dialógica, 1 (1), 51-60. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/1.6.pdf>. Acesso em: 23/09/2022

Caldart, R. S. (2004). *Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo*. In: Molina, M. C.; Jesus, S. M. S. A. de (org.). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, p. 10 -31.

Campoy, T. J. (2018). *Metodología de la investigación científica: manual para elaboración de tesis y trabajos de investigación*. 1ª Ed. – Assunção: Marben.

Cassin, M. (2014). *Louis Althusser: Aparelhos Ideológicos de Estado e a Escola*. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/Louis-Althusser-Aparelhos-Ideologicos-e-a-Escola-M-Cassin.pdf>. Acesso em: 12/06/2022.

Celetti, F. R. (2012). *Origem da educação obrigatória: um olhar sobre a Prússia*. Revista Saber Acadêmico 13: junho/2012. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403115007.pdf. Acesso em: 12/06/2022.

Cely, S. I.; Sabogal, M. L. (2012). Una reflexión sobre las concepciones de infancia presentes en los trabajos de grado de las licenciaturas en educación. Magistro, ISSN-e 2011-8643, Vol. 6, Nº. 12, 2012, págs. 71-84 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5236013>. Acesso em: 08/10/2022

Cervený, C. M. de O., & Berthoud, C. M. E. (2009). Ciclo vital da família brasileira. In L. C. Osorio, & E. P. do Valle, (Orgs.). *Manual de terapia familiar – Manual I* (p. 36). Artmed.

- Chaves, K. M. da S.; Foschiera, A. A. (2018). *Práticas de educação do campo no brasil: escola família agrícola, casa familiar rural e escola itinerante*. Disponível em: <file:///C:/Users/adeil/Desktop/3192-Texto%20do%20Artigo-10005-10222-10-20150202.pdf> . Acesso em: 06/10/2022.
- Delta (2018) *A importância de ir na reunião de pais na escola*. Disponível em: <https://deltasge.com.br/site/importancia-reuniao-pais-na-escola/>. Acesso em: 24/09/2022.
- De Sousa, J. F. (2002). *Exercício do Direito à Educação como prática do Conhecimento*. Clube de Autores. E-book.675.P. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Exerc%C3%ADcio_Do_Direito_%C3%80_Educa%C3%A7%C3%A3o_Como/8619EAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 25/09/2022.
- Didonet, V. (2001). *Creche: a que veio, para onde vai*. In: *Educação Infantil: a creche, um bom começo*. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília,. p.11-28.
- Engels, F. (2019). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. Nélio Schneider. 1ª. ed. São Paulo: Editora Boitempo.
- Farias, M. N.; Lopes, R. E. (2021). *Jovens rurais em luta por educação e trabalho no brasil: análise documental de eventos nacionais (2007-2016)*. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 21, p. 1-18, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8658654. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8658654/26830>. Acesso em:24/09/2022.
- Ferreira, M. C. R. (Org.). (2000). *Os fazeres na educação infantil*. São Paulo: Cortez.

- Frabboni, F. (1998). A escola infantil entre a cultura da infância e a ciência pedagógica e didática. In: Zabalza, M. *Qualidade em educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 1998. cap. 4, p. 63-92.
- Furtado, F. B.; Medeiros, J. L. (2018). Relação família e escola como uma perspectiva de melhoria na aprendizagem. Anais do XVII Congresso de História da Educação do Ceará. V.1, 2018, ISSN 2237-2229. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51844/1/2018_eve_fbfurtado.pdf. Acesso em: 05/10/2022
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas.
- Heywood, Colin. (2004). *Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. (2022). *Mapa de Rondônia*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/buritis/panorama>. Acesso em: 15/07/2022.
- Jaeger, W. (2013). *Paideia: A Formação do Homem Grego*. Editora: Martins Fontes.
- Kauark, F. S., Manhães, F. C. M. & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna/BA. Ed. Via Litterarum.
- Kramer, S. (1995). *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Kramer, S. (2011). *A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 9.ed. São Paulo: Cortez.
- Kuhlmann Jr., M. (1998). *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

- Kuhlmann Jr., M.(2001). *O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX*. In: Monarcha, C., (Org.). Educação da infância brasileira: 1875- 1983. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30 (Coleção educação contemporânea).
- Lahire, B. (2008). Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica . *Educação e Pesquisa*, 34(2), 373-389. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000200011>
- Lakatos, E. M. e Marconi, M. A. (2009). *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. 7. São Paulo: Atlas.
- Marques, R. (1999). *A escola e os pais, como colaborar?* Texto Editora.
- Mascarenhas, S. A. (2012). *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Morgan, Lewis Henry. (2014). *A sociedade antiga*. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rev. Celso Castro.1ª ed. São Paulo: Expresso Zahar.
- Neumann, D. M. C. & Missel, R. J. (2019). Família digital: a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos adolescentes. *Revista Pensando família*, 23(2) jul./dez.
- Oliveira. T. (2008) *Os mosteiros e a institucionalização do ensino na Alta Idade Média: uma análise da história da educação*. Série-Estudos (UCDB), v. 25, p. 207-218, 2008b.<https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i25.308>. Acesso em:12/06/2022.
- Oliveira, S. R.; Piccinini, V. C. (2009). *Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa*. Cadernos Ebape.BR, v.7, nº 1, artigo 6, Rio de Janeiro, Mar. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/5ss33Zwp89j3wW89mXWkG5Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17/09/2022.
- Oliveira, C. B. E. de; Marinho-Araújo, C. M. (2010). A relação família-escola: intersecções e desafios. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15/08/2022.

Palma Filho, J. C. (2010). *Caderno de Formação: formação de Professores, educação, cultura e desenvolvimento*. História da Educação no Brasil. Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação; Universidade Virtual de Estado de São Paulo. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Redding, S. (2002). *Os pais e a aprendizagem dos filhos*. Série Práticas educativas – 2. (Trad. M. H. S., Silva). Unesco. (Trabalho original publicado em 2002).

Rodrigues, F. (2007). *Capitalismo sem risco*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 9 maio, p. A-2.

Sarmiento, M. J. e Gouvêa, M. C. S. (2011). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes.

Santana, A. J.de. (2021). *Gestão Escolar Democrática e Participativa: Escola e família na construção da gestão escolar democrática e participativa*

Santos, A. A. dos (2018). *Escola e família: uma aproximação necessária a formação do estudante*. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20664/2/MD_EDUMTE_II_2014_8.pdf. Acesso em: 06/10/2022.

Savianni, D. (2008). *O legado educacional do regime militar*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008 291. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13/06/2022.

- Sebastiani, M. T. (2009). *Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil*. 1.ed. Curitiba. Iesde.
- Serenna. Jusbrasil. (2018). *História da educação no Mundo e no Brasil*. Disponível em: <https://serenna.jusbrasil.com.br/artigos/605451719/historia-da-educacao-no-mundo-e-no-brasil>. Acesso em:12/06/2022.
- Silva, C. M. da. (2004). Indenização ao filho: descumprimento do dever de convivência familiar e indenização por danos à personalidade do filho. *Revista Brasileira de Direito de Família*. Porto Alegre: Síntese/IBDFAM, v. 6, n. 25, p. 122-147, ago./set.
- Silva, A. R. da., Santos, J. B. dos., Littig, L. M. de S. & Boone, M. B. (2012). A participação da família no processo de ensino- aprendizagem. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/a-participacao-da-familia-no-processo-de-ensino-aprendizagem.pdf>. Acesso em: 12/09/2022.
- Silva, A. C. R. (2017). *Aprendizado autorregulado em contabilidade: uma análise comparativa entre discentes de modalidade presencial e a distância*. Revista Catarinense da Ciência Contábil, 16(48), 7-23.
- Silva, E. F. da; Fernandes, Rosana C. Arruda. (2017). *Coordenação pedagógica: espaço e tempo de organização do trabalho pedagógico coletivo*. In: Villas Boas, Benigna Maria de Freitas (Org.). Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papyrus.
- Souza, M.I.S. (1983). *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33302/36040>. Acesso em:13/06/2022.
- Szymanski, H. (2011). *A relação família/escola: desafios e perspectivas*. Brasília: Liber Livro.

- Tezin, V. (2019) *A família como fator determinante no desempenho escolar dos alunos*. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/674083>. Acesso em: 06/10/2022.
- Vergara, Sylvia C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.
- Vieira, F. J., Will, E. M. A. & Lima, L. C. de. (2019). *Gestão democrática e participativa: horizontes e possibilidades de construir uma escola de todos e para todos*. *Revista Didática Sistêmica*, 21(2), 83-94.
- Walberg, H. & Paik, S. (2000). *Práticas educativas eficazes*. Série Práticas Educativas – 3. (Trad. J. P. Lopes). Unesco. (Trabalho original publicado em 1999).
- Zangrande, H. J. B.; Godoy, C. M. T.; Campos, J. R. R.; Teixeira, E. S.(2020).*Educação rural: um olhar sobre a percepção dos agricultores familiares do município de Vitorino, PR*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/YfzKLMsdsHjcYGqLNkGLmCR/>. Acesso em: 06/10/2022.

ANEXO

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO
SUJEITO DA PESQUISA**

Eu, Nivaldo de Aguiar Mercenas RG 218 212 CPF: 162.188.332-91_abaixo, assinado responsável por, autorizo sua participação no estudo "O papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola municipal José Américo de Almeida", como sujeito. Fui devidamente informado (a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) Nardina Ribeiro Nunes sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da sua participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção do acompanhamento/assistência/tratamento prestado ao sujeito pesquisado.

Local e data: E.M.E.I.E.F. José Américo de Almeida /19/09/2022

Nome e Assinatura do(a) Participante / Responsável: *Nivaldo de Aguiar Mercenas*

APÉNDICE A



ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Este roteiro para entrevista será aplicado junto aos gestores e professores das turmas dos 4º e 5º anos do ensino fundamental, para levantamentos de informações da pesquisa **O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO 4º E 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA** e tem como objetivo analisar o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Eu, Nardina Ribeiro Nunes, pesquisadora responsável por esta pesquisa, agradeço por sua participação.

ENTREVISTA RELIZADA COM EQUIPE GESTORA E PROFESSORES

I - INFORMAÇÕES PESSOAIS

1.1. Sua formação? () Licenciatura em Pedagogia () Curso Magistério-Normal () outro

1.2. Possui Pós-graduação: () Sim () Não. Se sim, qual?

1.3. Há quanto tempo atua na educação? _____

Há quanto tempo está nesta escola? _____

1.4. Qual sua função nesta escola? _____

Está há quanto tempo nesta função? _____

II. DADOS DA PESQUISA

1. Família e a co-responsabilidade pela aprendizagem dos filhos.

1.1. Como você se comunica com as famílias?

1.2. A família tem acesso direto a você ou é preciso agendar?

1.3. Com que frequência os pais são chamados na escola para Informar sobre o comportamento do aluno?

1.4. De que forma a família busca informação sobre seus filhos?

1.5. Você informa aos pais sobre o progresso dos filhos nas avaliações externas (SAEB)?

_____ De que forma? _____

2. Escola e as estratégias de envolvimento da família na aprendizagem dos alunos.

2.1. Você marca reuniões individuais para falar do processo de ensino aprendizagem do aluno? explique como ocorre.

2.2. Você convida os pais para serem voluntários nos projetos e programas escolares?

2.3. Você convida os pais para participarem dos comitês escolares ou conselho escola comunidade?

2.4. As famílias participam de alguma decisão da escola?

2.5. Que ações a escola realiza para promover a participação dos pais na aprendizagem do aluno?

3. Parceria Escola versus família: possíveis resultados dos alunos.

3.1. No PPP há menção de como deve ser a interação entre escola e família?

3.2. Como você percebe a participação da família na vida escolar do filho (a)?

3.3. De que forma você acha que a família deve participar da vida escolar do filho(a)?

3.4. Que benefícios a participação da família na escola pode trazer para a vida do aluno(a)?

APENDICE B



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Convido-lhe para participar, como voluntário, da pesquisa **O** papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola municipal José Américo de Almeida. Meu nome é Nardina Ribeiro Nunes, e sou a pesquisadora responsável por este estudo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que adota o método da pesquisa ação usando como coleta de dados o instrumento a entrevista.

Os dados coletados serão utilizados unicamente para esta pesquisa e os resultados serão divulgados em eventos e/ou revistas científicas, preservando a identidade dos respondentes. A pesquisa terá duração de três meses com o término previsto para setembro de 2022. O objetivo da pesquisa é analisar o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola José Américo de Almeida.

Sua identidade será resguardada e suas respostas tratadas confidencialmente. Seu vínculo com a pesquisa é voluntário, permitindo que você se afaste, se recuse a responder qualquer pergunta ou ainda de participar da pesquisa se assim o desejar, sem que isso lhe traga prejuízos.

Sua participação consistirá em responder as perguntas a serem realizadas de acordo com os instrumentos de coleta de dados e não lhe será cobrado ou fornecido qualquer compensação financeira.

Os riscos advindos dessa pesquisa podem ser mínimos sendo possível ocorrer apenas constrangimento durante as entrevistas ou as observações. Entretanto, os pesquisados terão a liberdade de recusa durante toda a realização da pesquisa.

O benefício relacionado à sua participação será o de contribuir para aumentar o conhecimento científico e melhorar o relacionamento entre escola e família.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a

outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Nardina Ribeiro Nunes no telefone: (69) 9307-7758. Desde já agradecemos!

Nome e Assinatura do pesquisador _____

Nome e Assinatura do participante _____

APÊNDICE C

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA**

Eu, _____ RG/
CPF _____, abaixo assinado, responsável
por _____,
autorizo sua participação no estudo “O papel da família no
desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola municipal José
Américo de Almeida”, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo
pesquisador(a) Nardina Ribeiro Nunes sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos,
assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da sua participação. Foi-me
garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a
qualquer penalidade ou interrupção do acompanhamento/ assistência/tratamento prestado ao
sujeito pesquisado.

Local e data: _____

Nome e Assinatura do(a) Participante / Responsável: _____

APÊNDICE D

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA E TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo de pesquisas intitulado “O papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 4º e 5º ano da escola municipal José Américo de Almeida”.

Declaro, ainda, estar ciente da realização da pesquisa acima intitulada nas dependências da Escola Municipal José Américo de Almeida e como esta Instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Buritis, ____ de _____ de 2022